



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

AUDIÊNCIA PÚBLICA

APRESENTAÇÃO PELA SEFIN TRATANDO DA LEI DE
DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DE 2024 E DO PLANO
PLURIANUAL DE 2024-2025

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS:

PROCESSO Nº 668/2023

PLANO PLURIANUAL:

PROCESSO Nº 669/2023

REALIZADA EM 19/05/2023

PRESIDÊNCIA - Ver. Fabrício Cardoso de Oliveira.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

SR. PRESIDENTE FABRÍCIO CARDOSO DE OLIVEIRA:

Muito obrigado.

Boa noite a todos. Declaro aberta a presente Audiência Pública, onde o Poder Executivo, através da Secretaria Municipal de Governo e da Secretaria Municipal de Finanças, realizará a apresentação do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024 e do Projeto de Lei que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual 2024 e 2025, do Município de Santos.

A realização dessa audiência pública está atendendo o previsto no parágrafo 1º, do artigo 171, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Santos, que diz que: "durante a tramitação das propostas orçamentárias, será realizada, pelo menos, uma audiência pública, para assegurar a participação popular".

Gostaria, desde já, de agradecer, aqui, a presença dos representantes do Executivo, do Secretário também, Fábio Ferraz. E de convidá-los, principalmente aqui, começando pelo secretário, a compor a Mesa. Por gentileza, Fábio. Seja muito bem-vindo.

Chamar, também, aqui, o Fremar, que está representando o nosso Secretário de Finanças, Adriano Leocádio.

Peço só um pouquinho de paciência, porque minhas fichas ficaram todas embananadas, mas é coisa rápida.

Vou pedir para compor a Mesa, também, o Professor Plínio Rolim, Economista Chefe do Departamento de Orçamento e Gestão.

Vou agradecer a presença, aqui, da população, que nos acompanha, tanto presencialmente, quanto por meio de nossas redes sociais e da transmissão.

Agradecer, também, a presença do Rogério Lima, Economista Chefe do Planejamento... aliás, Rogério, quer compor, aqui, a Mesa?

Se quiser, por favor, uma honra. A gente põe toda essa Secretaria para trabalhar, aqui. Meu querido.

Agradecer também a presença do Mauro Zanin, aqui, representando o nosso Secretário de Assuntos Estratégicos, Legislativos e Metropolitanos, o Júlio Eduardo.

Agradecer a presença da Vereadora Telma de Souza, representada, aqui, pela Patrícia Bacce, sua Assessora.

Agradecer aqui o Carlos Passos Júnior, Coordenador do Movimento Brasil Livre de Santos.

Agradecer, aqui, o Vereador Cacá Teixeira, representado pela querida Sandra Santos, sua Assessora Parlamentar. O Vereador Chico Nogueira, meu companheiro, aqui representado pelo Fabiano Pereira, seu Assessor. Wilson Falcão, Escolástica Rosa, Professor. Obrigado, Professor Wilson. E Professora Elza... Girardi ou Zirardi? Girardi. Professora Elza Girardi,



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

do Escolástica Rosa, muito obrigado pela presença. E claro que eu não poderia deixar de agradecer a todos os alunos, do curso técnico de administração, do Escolástica Rosa aqui presente, para poder acompanhar, como funciona uma audiência pública, que trata dessa questão de diretrizes orçamentárias, do município de Santos. Eu não sei se isso vale ponto, né? Mas vieram bastante, né? Vários alunos, aqui, talvez esteja valendo ponto. Né?

Vamos só acompanhar, depois, a continuidade dessa... eu estou achando que foi convocação, mas... a gente segue, aqui, a audiência, para ver como é que vai decorrer.

Bom, gostaria, também, de agradecer a todos que estão nos acompanhando pelas redes sociais.

Vou começar agora, primeiro, passando a palavra para o nosso Secretário Adjunto de Finanças, para ele fazer uma explanação inicial. Depois, eu passo é para o Secretário Fábio Ferraz. Pode ser, Secretário?

Então, fiquem à vontade.

Na verdade, eu queria deixar a Mesa, totalmente... não sei quem aqui gostaria de falar primeiro, né? Quem gostaria de falar depois, quem pode complementar a primeira fala. Mas queria que vocês se sentissem à vontade, para poder efetuar a apresentação, aí, representando a nossa Secretaria de Finanças, de maneira o mais didático possível, né?

Então, podem usar o projetor, o microfone, se precisar. Tem microfone também, né? A Casa está à disposição.

SR. FREMAR: Boa noite a todos os presentes, o Secretário Fábio, o Vereador Fabrício, o Rogério, o Plínio, a todos os presentes, na plateia e em casa, né?

Só fazer uma abertura, né? A gente está vendo, aqui, várias pessoas, provavelmente, aí, um primeiro contato com o orçamento público, né? Ressaltar, aí, a importância dessa audiência – né? – que nós estamos tratando, aqui, de toda a receita e de toda a despesa, né? Das mais variadas áreas: segurança, saúde, educação, assistência social, para o Município de Santos, para o ano de 2024, né? E da importância disso, né?

Hoje, aqui, nós estamos... vamos discutir... a Secretaria de Governo, vai apresentar a Lei, o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias. As diretrizes orçamentárias são fixadas. As diretrizes, para a elaboração definitiva do orçamento de 2024, que vai ser entregue, aqui, na Câmara, até 30 de setembro, né? A fixação das diretrizes são o elemento norteador, para depois a gente compor a peça orçamentária, né?

Então, a relevância disso para o município, a importância dessa peça a ser discutida, ser analisada, com a população, para que a gente possa elaborar o melhor orçamento possível e para depois executá-lo, por meio da Secretaria de Finanças e de todos os órgãos públicos, aí, do município, no ano que vem.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

SR. PRESIDENTE FABRÍCIO CARDOSO DE OLIVEIRA:

Obrigado, Fremar.

Vou passar para o nosso Secretário de Governo, Fábio Ferraz.

Fique à vontade, Fábio.

SR. SECRETÁRIO FÁBIO FERRAZ: Boa noite a todas, a todos. Cumprimentar o nosso Presidente dessa Sessão, Vereador Fabrício Cardoso, Vereador bastante dedicado à nossa cidade, que tem, aí, uma agenda bastante importante, de consolidação de várias ações, para toda a municipalidade.

Cumprimentar, aqui, todos os meus colegas de Prefeitura, que estão aqui conosco e, principalmente, aqueles que nos acompanham aqui, presencialmente. Boa parte, eu sei que são alunos do Professor Plínio e que terão, aqui, a oportunidade, sem dúvida, de enriquecer, ainda mais, o seu conhecimento de forma empírica, né?

Então, evidente que, muitas vezes, o pessoal tem ali uma construção em sala de aula, né? Mas nada como vir aqui, Vereador Fabrício, na Casa do povo e entender, de fato, como que se constrói um orçamento, na nossa cidade. Isso é, talvez, uma grande oportunidade que vocês têm e eu não posso deixar de registrar, aqui, parabenizar o Plínio pela iniciativa, também. Porque eu acho que esse tipo de iniciativa é muito importante.

E claro, cumprimentar a todos que nos acompanham, também, pela TV Legislativa.

Olha, nós temos, talvez, aí, uma das principais peças a serem discutidas. Então, quando a gente fala em orçamento, isso é muito importante que todos tenham a plena clareza: aquela será a peça que será executada, no próximo exercício. Então, os recursos que estarão atrelados, não são as pastas: Secretaria de Educação, Secretaria de Saúde, Desenvolvimento Social, mas também alguns serviços importantes que a prefeitura realiza.

Então, vejam: é fundamental nós temos essa dedicação, de dividir essa perspectiva, dentro do plano que foi previamente estabelecido, com a população, para que a população possa aprimorar, ainda mais, esse projeto.

A dinâmica, aqui, que nós propomos, Vereador Fabrício: o nosso Chefe do Departamento de Orçamento, o Professor Plínio, possa, aqui, fazer uma apresentação para nós, de forma muito clara, muito didática, né?

Mas eu queria fazer alguns destaques iniciais.

Primeiro, a consolidação do próprio Deorg, o Departamento de Orçamento, né? O Deorg, alguns anos atrás, fazia parte da Secretaria de Finanças, por iniciativa do nosso Prefeito Rogério Santos, o Deorg foi desassociado da Secretaria de Finanças, para que a gente possa fazer o planejamento orçamentário, sem estar no mesmo setor que o órgão executor, algo que faz bastante sentido. Porque há de se ter maior tecnicidade, para os



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

profissionais Deorg, que são profissionais, realmente, bastante competentes, possam fazer essa peça com mais tranquilidade.

E agora, recentemente, a partir deste ano, indo para a Secretaria de Governo. Então, perceba a importância que o departamento ganha, uma vez que ele está, digamos, na célula central, do Poder Executivo.

Então, isso, por si só, já é algo muito importante.

Alguns outros pontos importantes, para ser uma palavra de tranquilidade aos nossos servidores. Já está previsto, nesse plano, que será aqui apresentado, o reajuste salarial, para o próximo exercício. É sempre importante que nossos servidores tenham essa clareza. O mínimo inflacionário daquilo que será previsto, já está programado para ser disposto, portanto, no ano de... fevereiro de 2024 e uma parcela bastante expressiva, vocês vão perceber, em investimentos. Um trabalho muito consistente que a prefeitura realizou, nos últimos anos. Só para se ter uma ordem de grandeza, pessoal: há alguns anos atrás, a Prefeitura de Santos, todo o total do orçamento, a gente só tinha disponibilidade de cerca de três, quatro no máximo 5%, para realizar investimentos. Então, isso quer dizer o quê? De todo o dinheiro da Prefeitura, quase que 100% estava comprometido ou com folha de pagamento, ou custeio da máquina. Então, fazer novos investimentos, sempre foi algo muito difícil, para a Prefeitura, porque a gente tinha, realmente, um compromisso orçamentário muito grande com a folha e com o custeio da máquina.

Muito bem, foi feito um trabalho de gestão muito profundo, nos últimos anos, e hoje, a gente já chega a um percentual de quase 13%.

Então isso, por si só, já nos permite fazer investimentos. O que significa isso? Significa que a gente consegue fazer mais obras, mais intervenções, mais colocações, que são oriundas, justamente, de pedidos e de necessidades da população. Muitos deles, inclusive, ao quais os Vereadores têm a oportunidade de participar diretamente, uma vez que são os dignos representantes da população. E também é importante dizer que nós temos uma parcela bastante expressiva de investimentos, de recursos que foram buscados pelo município, durante o ano de 2022, ainda, e que tem a consagração em 23, aqui, uma parte será ainda executado em 24, de recursos que nós chamamos de recursos externos: o Governo do Estado, Governo Federal e financiamentos que o município venha a obter.

Então, em resumo: teremos, aí, uma grande possibilidade, de fato, de consolidar vários investimentos para a cidade, em obras de infraestrutura, novas unidades escolares, unidades relacionadas aos adventos do desenvolvimento social, à saúde. Enfim, a aquisição e ampliação, por exemplo, da Guarda Municipal, ampliação da disponibilidade de viaturas, também vinculadas à Guarda Municipal. O tema da segurança é um tema bastante sensível. Mas, em apertado resumo, aquilo que será posto, aqui, pelo Plínio, a gente tem, aí, a certeza que significa execução do recurso, no ano de 2024. E de fato, para concluir essa minha primeira intervenção, é importante sempre lembrar... porque há um mito popular de que, primeiro: o plano de governo não é levado a sério. A proposta orçamentária do município, leva em



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

consideração sempre, primeiro: o plano de governo a ser executado e que foi 2actuado durante, ainda, o processo eleitoral.

Então, o plano de governo para a gente é mantra, no governo municipal, com a liderança do Prefeito Rogério.

Então, aquilo que está no plano de governo, tem que ser executado. É um compromisso do Prefeito.

Segundo: o PPA, que é uma peça Plurianual, ou seja, que vista quatro anos de orçamento, também é uma peça importante e também é observada.

E não menos importante e que também faz parte dessa discussão do nosso orçamento, os compromissos acertados, em nível planetário, relacionados aos ADS. Os 17 compromissos fazem parte da linha, também, de raciocínio do orçamento. Ou seja: como que nós vamos chegar lá em 2030, que é o pacto global, também faz parte da execução do nosso orçamento. Ano a ano, são disposto os recursos, para que a gente possa avançar naquilo que se faz necessário, para que o Santos possa, de fato, cumprir esse pacto global.

Plínio, feita essa breve introdução, com a anuência do Presidente, o Vereador Fabrício, gostaria que você pudesse fazer a apresentação para nós, por gentileza.

SR. PLÍNIO ROLIM: Boa noite a todos.

Vereador, para que eu possa enxergar a tela, vou aqui...

SR. PRESIDENTE FABRÍCIO CARDOSO DE OLIVEIRA:

Fique à vontade, Plínio.

Fique à vontade.

Antes, deixa eu só agradecer, também, a presença do nosso amigo Ronaldo Santiago, também, fazendo parte, aqui, da Secretaria de Assuntos Estratégicos Legislativos e Metropolitanos.

Obrigado, viu?

SR. PLÍNIO ROLIM: Boa noite a todos.

Mais uma vez, muito obrigado pela presença.

Vereador Fabrício, que preside a Mesa. Secretário Fábio e os meus colegas economistas, as colegas, professores e a todos os meus alunos. Muito obrigado pela presença.

A audiência pública, eu acho que é um momento ímpar que nós temos, Vereador, de concretização do exercício da cidadania. Então, nós temos os nossos alunos, aqui, que agora, como foi bem-dito pelo Secretário Ferraz, tem uma oportunidade de ter uma aula prática. Hoje, eles teriam... eles têm aulas de economia, eles têm aula associadas à administração e, hoje, eles teriam aula de administração pública. Então, efetivamente, eles estão tendo, aí, a possibilidade de ter essa aula prática, aqui, na Casa do povo. Né? E que acho



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

que é efetivamente esse o papel da escola. Não só que a gente possa dar um ensino de qualidade, mas que a gente possa formar cidadãos críticos e atuantes.

E, uma audiência pública, é essa a oportunidade que vocês têm, de entender o que sua cidade está fazendo, como o seu recurso é aplicado, de onde vem o dinheiro, para que nós possamos fazer nossas obras e que você possa ter um papel relevante e atuante no direcionamento, que você possa cobrar tudo aquilo que você votou e tudo aquilo que você espera de nós, que somos servidores públicos. Ok?

Muito obrigado pela presença.

SR. PRESIDENTE FABRÍCIO CARDOSO DE OLIVEIRA: Eu quero saber se vai valer ponto.

SR. PLÍNIO ROLIM: Muito bom.

Então, A audiência pública, na verdade, ela atende, aí, A um preceito legal, a Lei de Responsabilidade Fiscais, a Lei 101 de 2000, no seu artigo 48, ela preza pela participação popular. E a participação popular, então, na elaboração do orçamento, ela, não só com relação à audiência pública, mas o município de Santos, ela tem uma ferramenta muito interessante, muito efetiva de participação, que é o orçamento participativo amplo, da qual, em breve, o Secretário Fábio vai, aí, poder fazer o anúncio e que vocês possam, também, participar. Não só nesse momento, mas votando naqueles projetos que possam, ali, ser do seu interesse – né? – da sua área de ação.

Bom, quando a gente fala das peças orçamentárias, pessoal, o orçamento público, ele é composto de três peças: o PPA, a LDO e a LOA.

O PPA é a ferramenta que a gente coloca, ali, de nível estratégico. O PPA, então, ele tem uma perspectiva de quatro anos de atuação. Nele, estão ali, os macro planos, que seriam aplicados, associados, ali, ao plano de governo. Ok?

Então a cada... a cada ciclo, então, sempre a partir do segundo ano do mandato do Executivo, é elaborado o plano de governo. O atual ciclo vigente é de 2022 a 2025. Começou no segundo ano do Prefeito Rogério Santos e vai até o primeiro ano do próximo mandato.

O PPA, então, ele estabelece, ali, aquelas metas... aquelas metas que devem ser elaborados no longo prazo e para que essas metas, esses indicadores, eles possam ser cumpridas, é feito, então, a LDO, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, então.

Ele explicita, ele divide aquelas metas que nós temos de quatro anos, no PPA, em metas anuais. E, obviamente, o desejável, né? O esperado é que, ao final, dos quatro anos, com o cumprimento das metas estabelecidas na LDO, aqueles planos do PPA, eles sejam cumpridos.

E depois, em um segundo momento, tem a elaboração da LOA. Na LOA, então, é que vão ser, efetivamente, aportado os recursos, para que essas metas, elas possam ser cumpridas.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

Essas são as três peças que nós estamos... as três peças que fazem parte, então, do orçamento público. E, hoje, nós estamos fazendo a revisão do PPA e a LDO 2024.

O ciclo orçamentário, para que a gente possa entender, nas três peças, ele se dá da seguinte forma: nós temos, então, a elaboração, pelo Executivo: o Deorg, vinculado à Secretaria de Finanças, subordinado ao nosso Prefeito, elaborou um orçamento. Esse orçamento é enviado à Câmara, e neste momento, por exemplo, estamos fazendo, aí, a apreciação desse orçamento, em que o cidadão pode, ali, fazer as suas intervenções.

A discussão, o estudo e a aprovação. Feita a aprovação pelo Legislativo, então, ele retorna para o Executivo para que seja feito, ali, a sanção e a efetiva execução. Aí começa aquela fase que o Secretário Fábio Ferraz comentou, né? De que ele planejado, em uma secretaria e, agora, ele é executado por outra.

Então, representando a Secretaria de Finanças, o nosso colega economista, Fremar, é um dos responsáveis, por exemplo, pela execução do orçamento. Eu e meu colega Rogério, somos, ali, um dos responsáveis tecnicamente, também, pela elaboração, pelo planejamento do orçamento.

E depois, né? Durante todo esse período de execução, tem, ali, a questão da fiscalização. A fiscalização, aqui, é feita pelo Legislativo, pelos Vereadores, que é feito, ali, pelo Tribunal de Contas e, internamente, nós temos, também, a nossa Controladoria, que é quem faz, ali, a cobrança diária. E, também, pela sociedade. A sociedade que está sempre ali, dom tantos outros recursos, fazendo, ali, os questionamentos, durante as outras audiências, durante todo o exercício, fazendo uma cobrança, para que, efetivamente, esse orçamento seja executado.

E depois, no próximo ano, o ciclo se inicia. Basicamente, esse é o roteiro mais simplificado do que a gente poderia colocar, do ciclo orçamentário.

Agora, especificamente com relação à elaboração do PPA e da LDO. É importante que a gente fique atento ao cenário econômico: quais foram os indicadores que nortearam a elaboração dessas peças?

Bom, quando a gente está fazendo, lá, o orçamento, nós temos que ter uma data de corte. Nós temos que ter, ali, uma referência, sobre quais indicadores econômicos a gente vai trabalhar. E nós utilizamos como referência principal, o Banco Central, obviamente, quais são, ali, a fonte oficial de informação que teríamos para a elaboração da nossa peça. E nós pegamos, então, o Relatório Focus, que data de 10 de março.

De lá para cá, nós já tivemos, aí, alguma variação para mais, para menos, em diversos indicadores. Mas a gente estabelece, ali, uma data de referência.

Naquela ocasião, a gente tem, então, a inflação, a estimativa de IPCA de 5,98%, para 23. E para 24, 4,02.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

Então, toda... por que que é importante que a gente tenha, aí, essa referência de IPCA? Porque a gente tem que pensar assim: todos os nossos tributos, eles são reajustados pelo IPCA, assim como todos os contratos vigentes da prefeitura também. Assim como todos os custos que a gente tem, eles são reajustados pelo IPCA. Então, nós fazemos, ali, as projeções: tanto das receitas quanto das despesas, com base nesses indicadores.

E a gente utiliza também o PIB, né? Porque quando a gente pensa na questão da arrecadação, a atividade econômica, ela afeta diretamente: se aquela arrecadação vai ser maior, se aquela arrecadação vai ser menor, se a gente tem uma expectativa com relação à movimentação do porto, com relação à movimentação do comércio. Então, para cada tipo de receita, a gente vai utilizando os indicadores econômicos específicos. Mas, basicamente, o que serve, aí, como norte principal, são esses macro indicadores.

E a gente fica de olho, também – né? –, para as nossas projeções, para ser mais ou menos otimista, para que a gente possa agir, ali, com uma certa cautela: quais indicadores pós podem nos afetar, né?

Então, a gente tem que considerar que nós somos, aqui, o Porto de Santos, a nossa principal fonte de arrecadação, do nosso principal tributo. E ele está sujeito, aí, as variáveis, não só do Brasil, como na questão internacional também.

Então, se o mercado internacional está demandando mais ou menos commodities, se a gente tem um fluxo maior, aí, de importação e exportações, isso, necessariamente, nos afeta. Ok?

Então, quando a gente faz, aqui, o nosso orçamento, além de todas as questões legais que são observadas, além das demandas que tem, como o Secretário Fábio Ferraz colocou, sobre o acompanhamento do plano de governo, nós temos que estar atento, também, a essas premissas macroeconômicas. Ok?

E o novo arcabouço fiscal, ele muito pode interferir, né?

Nós temos, aí, a expectativa, então, do equilíbrio das nossas contas, que zere, ali, o déficit público, que a gente tenha, ali, um superávit, um resultado primário positivo. Com isso, talvez, uma redução de juros, uma queda da inflação e tudo isso afeta, diretamente, nos nossos resultados.

Então, a proposta de arcabouço fiscal é algo que está no nosso radar, principalmente quando a gente for, ali, aprimorar os resultados, para fazer a lei orçamentária.

E os riscos externos que a gente tem, né? Quando olha, assim: isso vai dar certo, isso não vai dar certo, isso vai ser implementado, isso vai ter um efeito positivo, é justamente nessa questão, do governo, ali, ele ter que fazer mais gastos sociais, talvez ter que fazer compensação, com relação à impostos, ter que cortar em alguns outros benefícios e isenções, como que isso pode nos impactar?

Do PPA, então, pessoal, como a gente colocou, ali, que hoje a gente está estudando... hoje, estudando não, a gente está na audiência, né?

INFINIT PRODUÇÕES.

contato@infinitproducoes.com.br



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

Que hoje a gente... que, hoje, a gente está aqui, avaliando o nosso PPA e a LDO. Quando a gente fala do PPA, então, por que que ele tem que ser revisto? O que que aconteceu, né?

Então, as macro diretrizes do governo, elas foram revistas. Então, é necessário que o plano, o Plano Plurianual, também, ele se ajuste a essas novas orientações.

Então, o que que foi feito... agora, no começo do ano, nós tivemos, aí, a criação da Secretaria das Prefeituras Regionais, nós tivemos da criação da Secretaria de Assuntos Estratégicos Legislativos e Metropolitanos, a unificação da Secretaria de Finanças e Gestão, a reestruturação da Secretaria de Assuntos Portuários e Empregos e a extinção da Secretaria de Planejamento e Inovação.

Então, a readequação administrativa da prefeitura, né? Da área da administração, exige com que todos os recursos que antes estavam direcionados para uma área, sejam realocados em outros, assim como os indicadores dessas secretarias, os resultados dos produtos que elas pretendem entregar para a população, eles têm que ser... eles têm que ser realinhados, né? Então, aí, agora, a gente tem uma secretaria das prefeituras regionais, que está atendendo demandas da Secretaria de Serviços Públicos.

Então, as duas secretarias, elas têm que, necessariamente, passar por adequações. Então, isso é apontado, ali, na revisão do PPA.

E essa revisão, ela passa, então, pela revisão do diagnóstico setorial. Ou seja, esse diagnóstico, como o próprio nome sugere, é feito, ali, uma avaliação sobre quais são as demandas, quais são as oportunidades, quais são as deficiências naquelas áreas de atuação dessas secretarias. É necessário que se faça, também, uma vinculação com as ODS. Todos os nossos programas de governo, eles são... eles estão, ali, vinculados a uma ODS e isso já está sendo agora, inclusive, observado pelo próprio Tribunal de Contas. Se as ações sociais que nós estamos cumprindo, se o atendimento das políticas públicas, eles estão contribuindo com essa agenda.

E, também, os indicadores desses novos programas, né? A estrutura do nosso orçamento, é o chamado orçamento programa. Então, cada uma das secretarias tem um programa de atuação. Então, esses programas eles têm que ter metas, o que eu sempre falo para vocês, né? A gente não consegue avaliar, porque a gente não consegue medir. E no orçamento, também, tem... nós temos indicadores quantitativos, que são acompanhados e cobrados, pelo próprio Tribunal de Contas.

A LDO, como o Fremar muito bem colocou aqui. A LDO, então, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, o próprio nome já é bem sugestivo, ele mostra, ali, para a gente, quais são as orientações que a gente vai ter, para a elaboração do orçamento anual.

Então, na LDO, eu tenho todo o descritivo, ali, legal, todas as orientações, todas os níveis de alçada, todos os registros que devem ser feitos, na LOA. Então, ela é muito importante nesse momento. A gente está falando, aí, de uma peça, que tem que ser amplamente discutida. A gente tem que estar

INFINIT PRODUÇÕES.

contato@infinitproducoes.com.br



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

falando de uma peça, que tem que ser amplamente revista e, todos os anos, ela tem que passar, ali, por essa revisão, para que ela possa se ajustar, aí, a essa nova realidade, essas novas demandas da sociedade, né?

Então, ela dispõe, também, sobre as metas e prioridades, sobre a previsão das despesas de capital e sobre as possíveis alterações na Legislação Tributária.

Vamos falar, então, da previsão das receitas, aí, para a LDO.

Bom, nós temos aqui, separado, pessoal, a administração. Então, ela é formada, né? Ela é formada pela administração direta e pela administração indireta. Na administração direta, nós temos, basicamente, aqui, quais que seriam as secretarias associadas, aí, ao Executivo; e depois, na administração indireta, as fundações, autarquias.

O que nós temos, então? A parte de receitas correntes, as receitas de capital e, ali, as deduções.

Bom, nós temos, aqui no município de Santos, algo que é muito positivo com relação aos demais: as nossas receitas tributárias, vocês podem ver que elas representam, ali, uma boa parte das nossas receitas correntes, né? Quase 2,3 bilhões de reais.

Isso, pessoal, quando a gente fala dos 5500 municípios de Santos, Santos, ali, é uma... do Brasil, Santos, ali, é uma das poucas cidades que consegue ter uma arrecadação tributária e ser... vamos colocar, ali, ter uma certa independência com relação às transferências.

A grande parte dos municípios brasileiros, eles ficam dependentes de transferências; e Santos, por conta da sua capacidade de geração de riqueza, na sua... de receita tributária é onde tem o maior destaque, né?

As receitas de contribuição, aí, a gente está falando, basicamente, da receita de contribuição de iluminação pública. O munícipe santista, quando paga lá o IPTU, ele também paga a iluminação pública. Esse dinheiro ali, ele vai direcionado para isso.

Receita patrimonial são recursos que ficam lá no banco, que ficam ali, capitalizando. Toda vez que entra um recurso, lá, ele tem que ser movimentado, ele tem que ser capitalizado. Esse recurso aplicado acaba gerando essa receita, né?

Transferências que nós recebemos, transferências que recebe do governo estadual, do governo federal e demais receitas correntes.

E abaixo, nós temos as receitas de capital. Essas receitas de capital, são aquelas que só podem ser aplicadas em investimento. As receitas correntes, elas podem tanto pagar o custeio, quanto serem utilizadas para p investimento. Lembrando que quando a gente fala de investimento, na área pública, eu estou falando, ali, de você entregar equipamentos públicos. Eu estou falando de você comprar equipamentos. Nesse sentido, ok?



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

As operações de crédito, então, alienação de bens e transferências de capital e as deduções da receita, que ajudam, ali, a formar o Fundeb. Nós temos o total da administração pública, então, 3,9 bilhões de reais. Essa é estimativa da LDO.

Fazendo um recorte, ali, para que você, munícipe, para que você, cidadão, para que você, aluno, possa, ali, entender, o que forma as receitas tributárias, né? Nós temos o IPTU, o ISS, o imposto de renda, o Itbi e as taxas. Tá?

O ISS, ali, 1,100 bilhões de reais, aproximadamente 60% desses recursos, aproximadamente 60, 55%, eles são oriundas de atividade portuária. Então, aquilo que eu havia falado para vocês, veja que como estar atento, aí, a questão do cenário Internacional, é relevante para a gente, à medida que a gente possa fazer, ali, uma adequada aferição dessa receita. E algo que a gente se orgulha muito, no nosso departamento, é com relação a essas projeções, Vereador.

Via de regra, nós ficamos, ali, em uma margem de 105, 110, aproximadamente, por cento, de acerto, com relação a essas projeções. Nós já desenvolvemos, aí, uma expertise. Nós já temos, ali, toda uma metodologia bem instituída. Então, neste momento, a gente poderia falar que esse cenário é absolutamente factível dentro dos dados econômicos que a gente tem.

O imposto de renda, a título de informação, basicamente, ele vem da folha de pagamento dos servidores. Tá? O imposto de renda, uma parte do imposto, então, que a gente paga lá, quando a gente recebe, é retido no imposto e ele fica no município.

O Itbi, com relação às transações imobiliárias e as taxas, as diversas, que são cobradas do lixo, de serviço, dentre outras.

Essa, aí, então, a parte das nossas receitas tributárias, que compõem, ali, as nossas receitas correntes.

E como eu havia falado para vocês, junto... além da administração direta, a administração indireta, que também informa todo o corpo, ali, do orçamento. Então, na administra... quem forma a administração indireta, aqui em Santos? O Iprev, nosso instituto de previdência; a Capep, que é a caixa de pecúnia dos servidores, de saúde; A Fundação Parque Tecnológico; a Fundação Pró Esporte e a Fundação de Arquivo e Memória de Santos.

Então, essas cinco entidades, eles acabam fazendo, aí, essa geração... essa geração de receita. Ok?

A maior parte, ali, aqueles 202 milhões, basicamente, diz respeito às contribuições patronais e contribuições dos servidores, que é feito para Capep e para Iprev. Ok? Tanto ali, aos 200, quanto ali, os 520 milhões, que a gente chama das orçamentárias e interorçamentárias.

Somando, então, o orçamento da administração direta com da administração indireta, nós temos o orçamento previsto para 2024. O orçamento total, então, de quatro bilhões, 713 milhões, 524 mil reais. Esse é o orçamento previsto, o orçamento total.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

Aí, agora, fazendo um outro recorte, para que a gente possa entender com relação a fonte de recursos, né? De onde vem esses recursos? Ali... então, olha só, pessoal: em uma outra visão, recursos do tesouro. Então, recursos que o próprio município arrecada. Está certo?

Então, ali dentro, por exemplo, estão as receitas tributárias, estão as taxas, estão vários recursos que nós temos: 3,1 bilhão de reais.

As transferências estaduais, 414 milhões; os recursos próprios dos fundos, que fundos? Por exemplo, para ilustrar bem, nós temos os fundos dos parques.

Então, quando você vai lá no Aquário. Quando você vai lá no Orquidário, que você paga o ingresso, aquele recurso vai direto para o fundo dos parques.

Então, e nós temos aí 17 fundos aproximadamente no município e esses fundos geram essa receita de 14 milhões.

O Governo Federal então, está previsto transferência de 290... 289 milhões.

Outras fontes de recurso, 3 milhões. E as operações de crédito 109.

Ali então, nós temos com relação às origens dos recursos.

E a administração indireta? A FAMS, ela gera uma receita de 91 milhões. A FUPES, de 91 mil... a FUPES, 16 mil e o Fundação Parque Tecnológico, 31.

Essas receitas deles, elas são pequenas, porque ela basicamente diz respeito ali a venda de editais, alguns concursos, coisas internas que são feitas, uma arrecadação relativamente baixa.

E a CAPEP, 141 milhões e o IPREV, 628 milhões.

Totalizando ali então. Os 4,7 bilhões de reais.

Bom, então, aí agora, identificado de onde vem os recursos, aí agora a gente fala onde serão aplicado esses recursos, né?

Aí, aquilo que eu sempre faço a questão de mencionar, é que assim, um bom orçamentista, você futuro administrador, você futuro economista, tem que saber que o limite das tuas despesas, é a tua receita. Até na sua casa, até o seu orçamento pessoal. Qual que é o limite da sua despesa? É a sua receita. Lembre-se disso, que você vai ser feliz e vai se dar bem. Tá?

Então, vamos lá gente. Olha só. Como que são aplicados esses recursos?

Então, aqui está por secretaria. Tá bom?

Então, não vou falar cada uma das secretarias, nós temos o Gabinete do Prefeito, a Secretaria de Finanças, destaco para vocês ali a Seduc.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

Então, a Secretaria de Educação ali, o total previsto para Seduc, é 921 milhões de reais. Tá? Quase um bilhão de reais aplicado na educação do município. Esse dinheiro é direto lá no orçamento.

E na saúde também, nós temos ali 876 milhões de reais. Tá?

No orçamento, no orçamento pessoal, você vai ver... se você, ah, eu quero pegar a lei. A lei então vai ser publicada, eu quero pegar. Então, vai estar na secretaria ali a questão... essa coluna da aplicação direta, é esse o valor que você vai ver lá no orçamento.

E nós temos ali numa coluna do lado do EGM, o que significa esse EGM? É Encargos Gerais do Município.

O município de Santos, é um município muito grande com relação ao orçamento, né? E assim, felizmente, nós temos a oportunidade, — né Rogério? —, sem modéstia. Eu falo isso quando nós vamos em cursos aí fora, nós somos procurados por outros municípios, para que a gente possa compartilhar de algumas experiências. E uma das experiências muito positivas que nós temos aqui no município de Santos, é a elaboração do EGM, do Encargos Gerais do Município. O que é isso daí?

Ele não é uma secretaria, ele é uma unidade orçamentária. Vamos colocar assim, é como se ele fosse um fundo, é como se fosse um fundo onde todas as despesas comuns da Prefeitura, eles ficam separados, eles ficam alocados lá no EGM. Ok?

Então, o que você vê ali colocado na secretaria, é o que efetivamente a secretaria utiliza na ponta para a sua atividade fim, e tudo que a gente fala de despesas comuns administrativas operacionais, como frota, como concessionárias de água, luz e energia, como pessoal, como também estagiários, apoio administrativo, tudo isso está lá no encargos gerais do município. Isso facilita muito a visão, a posição do Secretário que está lá na ponta. Porque aí o Secretário da SECULT, da Secretaria de Cultura, ele pode se preocupar tão somente com executar o orçamento associado a parte de cultura.

O Secretário do Meio Ambiente, ali da SEMAM, ele pode se preocupar tão somente em executar o orçamento do meio ambiente.

SEFIN. Todo o demais parte administrativa operacional, é feito lá pela

Aqui a segunda parte da aplicação dos recursos.

Então nós temos a Procuradoria. Nós temos a Secretaria de Segurança, de Serviços Públicos, Secretaria de Governo, Ouvidoria Transparência, Secretaria de Portos, Secretaria da... Secretaria Municipal da Mulher, que recentemente foi criada, no último orçamento. O orçamento previsto ali total de quase 20 milhões de reais. A Secretaria de Assuntos Estratégicos e a Secretaria também das Prefeituras Regionais, que já nasceu gigante. A Secretaria das Prefeituras Regionais, tem previsto ali 152 milhões de reais.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

E no EGM, aquele fundo lá, se você pegar toda essa coluna ali rosinha ali, aquela coluna do meio e você somar, vai dar esse 1 bilhão e 34 milhões de reais.

- Manifestações fora dos microfones.

SR. PLÍNIO ROLIM: Ah, sim, bem observado, vamos lá.

Ó, quando eu olho ali a SEDUC, né? A Seduc, ela tem um valor pequeno, de 60... pequeno com relação ao orçamento, — né gente? —, de 65 milhões de reais.

E a saúde, a saúde ela está zerada também no EGM. Ali, todo o total dela está alocado diretamente na própria secretaria, assim como as SEDS. Por que, isso é feito?

Tanto a Seduc, quanto... tanto a educação quanto à saúde, nós temos ali um mínimo legal constitucional que deve ser demonstrado. Tá?

Então, é exigido que seja colocado lá 15% na edu..., 15, por 25% na educação, 15% na saúde. Então, para que a gente possa quando puxar os relatórios para que o tribunal possa verificar quanto que está sendo aplicado em cada uma delas, todo o dinheiro, todo recurso fica na secretaria. Tá?

Então, ele não fica no EGM, ele não fica no encargos gerais.

SR. SECRETÁRIO FÁBIO FERRAZ: A particularidade que é, nós temos aí os fundos próprios, tanto o Fundo Municipal de Saúde, quanto o fundo vinculado ao desenvolvimento social.

Então, os fundos próprios dão essa característica, né? Eu digo, o Secretário de Saúde, ele tem uma autonomia de execução muito maior, por exemplo, em relação aos demais Secretários, porque ele administra o próprio fundo, né?

Então, o recurso da saúde, quase totalmente está vinculado no próprio Fundo Municipal de Saúde, que diga-se de passagem, também recebe recursos diretos do Governo Federal.

Então, Fundo Nacional de Saúde, manda direto para o caixa do Fundo Municipal de Saúde. Até, particularmente da saúde, eu sei bem como funciona porque a gente tinha essa autonomia, tive essa oportunidade de colaborar com a cidade lá na Secretaria de Saúde, né? Ok?

SR. PLÍNIO ROLIM: E a Secretaria da..., a Secretaria de Desenvolvimento Social, a SEDS, apesar de não existir esta condição de uma vinculação constitucional de um valor mínimo para a aplicação, ela fica ali para que a gente possa destacar, de uma maneira muito clara no orçamento quanto que tem sido aplicado na área social.

Então, se a gente fala ali de SEDS, se a gente fala de saúde, se a gente fala de educação e agora a gente tem também desde o ano passado



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

a Secretaria da Mulher, a gente entende essas como ali as áreas sociais da Prefeitura.

Então, preferiu-se, não só por essa questão, como também pelo que Secretário muito bem colocou por serem questões de fundos, que eles ficassem alocados especificamente ali nas suas unidades orçamentárias.

A despesa de cada um ali dos órgãos da administração indireta.

A Fundação Arquivo e Memória, 3,5 milhões de reais. A Fundação Pró Esporte, 5,2 milhões de reais. O IPREV, quase 700 milhões de reais. A CAPEP, 141 e a Fundação Parque Tecnológico, 1,3 milhões de reais.

Esse é o orçamento da administração indireta.

Nós temos também pessoal, por uma obrigação constitucional a questão do valor do duodécimo, que é repassado para a Câmara.

Então, é feito um cálculo sobre o que nós chamamos de receita corrente ampliada. Nós pegamos a arrecadação do ano anterior, no caso nós pegamos a arrecadação de 2022 e sobre ela nós aplicamos um percentual de 5% para ver qual que será o valor do repasse para a Câmara Municipal. E ocorre no ano de 2022 nós tivemos ali uma arrecadação muito positiva, principalmente por conta de Refis e uma melhora, uma dinâmica ali da economia, que do pós Covid, pós Covid esperava-se que a economia fosse crescida..., crescer gradativamente, mas não, a economia, ela cresceu muito rápido, inclusive gerando lá a inflação em diversos países da Europa, mas por conta disso, então, nós tivemos aí uma boa arrecadação. O valor do repasse da Câmara para o duodécimo, ele chegou aí a essa importância de 142 milhões e meio de reais. Ok?

Da administração direta, 3,7. Da administração indireta, 849, o total do orçamento.

Como foi colocado pelo Secretário Fábio, nós temos também uma boa parte dos nossos recursos destacados ali na parte de custeio de manutenção de infraestrutura. O orçamento então, ele ficou dividido mais ou menos dessa forma. A área social do município, nós estamos falando de quase 2 bilhões de reais, 1,8 bilhão e de custeio, manutenção e infraestrutura da máquina, assim como todos os investimentos em equipamentos públicos, 1,9 bilhões de reais.

As emendas parlamentares. Nós também... é destinado uma parte, legalmente uma parte do orçamento da receita para as emendas, o total das emendas aí que foi encaminhado pelo Executivo para cá, era de 1% da nossa receita corrente líquida projetada, então, ficou em 38 milhões de reais, dividido por cada um dos 28 Vereadores, 1 bilhão, 1 milhão e oitocentos..., 1 bilhão não, né Vereador?

SR. PRESIDENTE FABRÍCIO CARDOSO DE OLIVEIRA: Se quiser fazer uma revisão agora, a gente aceita.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

SR. PLÍNIO ROLIM: 1 milhão e 800... 810 mil reais para cada Vereador, constante na LDO, no projeto que foi encaminhado do Executivo, para o Legislativo.

Fazemos aqui alguns destaques dos investimentos previstos na LDO.

Tem o projeto do Santos Mais, do qual depois o Secretário Fábio Ferraz, ele pode colocar aí com mais propriedade, com mais detalhe.

Então, está previsto aí aproximadamente 80 milhões de reais neste primeiro ano para a área de macrodrenagem, mobilidade e acessibilidade, 8 milhões e 50, especificamente dos Santos Mais, para a área de inovação e tecnologia.

O orçamento participativo, conforme eu coloquei para vocês que em breve vai ser divulgado, em que vocês vão poder votar em projetos específicos, projeto lá da área de educação, vocês não poder em projetos na área da saúde, todos os projetos que forem apresentados aí pela secretaria e serão eleitos aí com a participação popular.

A passagem de ônibus também, né? Para que..., é um fenômeno que tem acontecido no mundo inteiro, diminuindo o número de passageiros dos ônibus, seja por causa do Uber, de transportes alternativos, de trabalho remoto, escola EAD, tanta coisa. Então, tem caído o número de passageiros.

É necessário que os contratos que são de concessão, eles sejam mantido ali um equilíbrio financeiro.

Então, para que a passagem possa se manter aí no valor que é pago atualmente, a Prefeitura, ela banca um subsídio de 19 milhões de reais por ano.

Nós temos outras obras em destaque. Essas obras, elas são feitas aí com recurso Federal, com recurso Estadual. Então, está previsto pela Secretaria..., pela SIED, pela SIED, 2 milhões no Monte Serrat. Ali para também para o elevado Aristides Bastos, aquele ali da rodoviária, 10 milhões para a sua reforma.

Pavimentação e drenagem do Saboó, do Estuário e do Canal 1, 30 milhões de reais.

Limpeza pública e PPP, essa é o maior contrato que a Prefeitura, tem aproximadamente 232 milhões de reais, destinado aí para..., para questão de coleta de lixo, para limpeza pública e recurso que também vai ser aplicado na parceria público privada que está sendo elaborado aí para..., que deve sair nos próximos anos.

Também a obra do Mercado Municipal, 16 milhões de reais previsto, o projeto de revitalização de toda ali aquela área.

E as subprefeituras, ela com o orçamento para manutenção, para zeladoria, de 150 milhões de reais.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

Centro histórico e Praça José Bonifácio, 4,6 milhões.

- São encaminhados os seguintes slides:



Audiência Pública

Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias 2024
PL Revisão PPA 2024-2025



MAIO 2023

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Lei de Responsabilidade Fiscal
(Art.48, LC 101/2000)



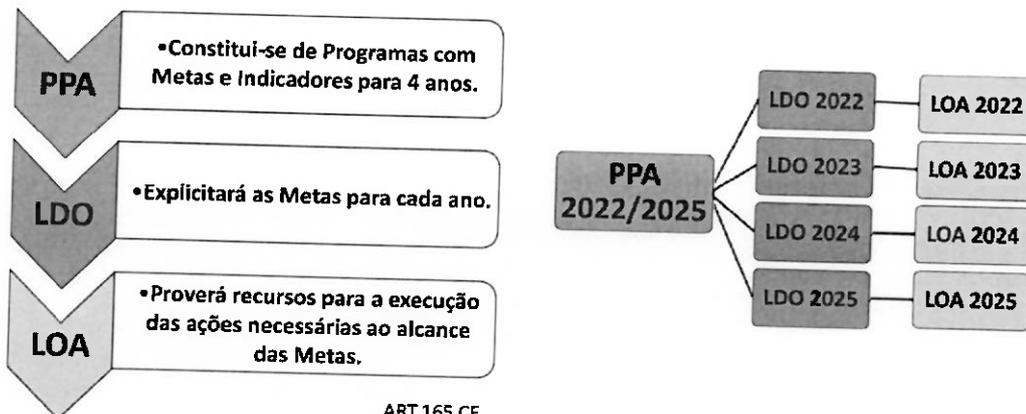


CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS



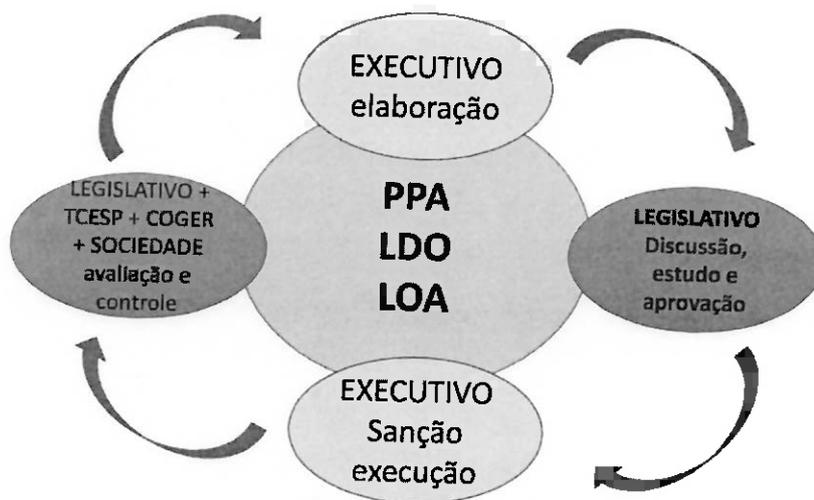
Câmara Municipal de Santos

PEÇAS ORÇAMENTÁRIAS



ART.165 CF

Ciclo Orçamentário





CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

PPA 2024-2025 PLDO 2024

Cenários e Indicadores Econômicos



Câmara Municipal de
Santos

Cenário Econômico

PREMISSAS

- A elaboração do PPA 2023-2025 e PLDO 2023 teve como referência os indicadores do Relatório de Mercado - FOCUS do Banco Central do Brasil de 10/03/2023.
- A estimativa de inflação (IPCA) de 5,98% para 2023 e 4,02% para 2024.
- A projeção para a inflação está acima do centro da meta de 2023, de 3,25%, o que faz aumentar a percepção de risco por parte do mercado.
- A estimativa do PIB é de 3,7% em 2023 e 2,0% a.a em 2024.





CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS



Cenário Econômico

NOVO ARCABOUÇO FISCAL – Evitar o descontrole das contas públicas:

- ✓ Zerar o déficit público em 2024.
- ✓ Superávit do PIB em 2025 e 2026.
- ✓ Preservar gastos em saúde, educação e segurança.
- ✓ Controlar dívida pública e inflação

RISCOS EXTERNOS PERCEBIDOS

- ✓ Gastos do governo crescentes e mais impostos.
- ✓ Mais dívida, maior juros e menor crescimento.



PPA 2024-2025

Revisão





CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS



Câmara Municipal de
Santos

Revisão PPA 2024-2025

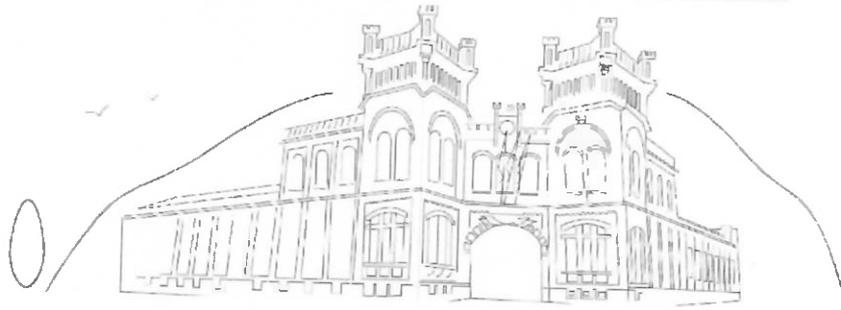
- ✓ Adequação do Orçamento a nova estrutura administrativa:
 - ✓ Criação da Secretaria das Prefeituras Regionais;
 - ✓ Criação da Secretaria de Assuntos Estratégicos, Legislativos e Metropolitanos;
 - ✓ Unificação da Secretaria de Finanças e Gestão;
 - ✓ Reestruturação da Assuntos Portuários e Emprego;
 - ✓ Extinção da Secretaria de Planejamento e Inovação;

- ✓ Revisão do Diagnóstico Setorial; ODS; Indicadores do novos Programas



LDO 2024

Projeto de Lei





CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS



Câmara Municipal de
Santos

PLDO 2024

- ✓ Orientações sobre a elaboração da Lei de Orçamento Anual;
- ✓ Disposição sobre as metas e prioridades da administração pública,
- ✓ Previsão despesas de capital para o exercício financeiro subsequente;
- ✓ Disposições sobre as alterações na legislação tributária;



PLDO 2024

Previsão RECEITAS





CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS



Fontes de Financiamento ORIGEM DAS RECEITAS

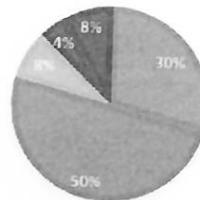
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	
(I) Receitas Correntes	3.991.695.000,00
Receitas Tributárias	2.289.511.000
Receitas de Contribuições	28.577.000
Receita Patrimonial	22.090.000
Transferências Correntes	1.620.493.000
Outras Receitas Correntes	31.024.000
(II) Receitas Capital	141.401.000
Operações de Crédito	109.507.000
Alienação de Bens	2.000
Transferências de Capital	31.892.000
Outras Receitas de Capital	
(III) Deduções de Receita	(189.012.000)
A - Receita Líquida Adm Dir (I) + (II) + (III)	3.944.084.000,00



DESTAQUE TRIBUTOS

Receitas Tributárias	
TOTAL	2.289.511.000
IPTU	673.473.000
ISS	1.141.033.000
IRRF	186.014.000
ITBI	98.938.000
Taxas	189.826.000

■ IPTU ■ ISS ■ IRRF ■ ITBI ■ Taxas





CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS



Câmara Municipal de
Santos

Fontes de Financiamento ORIGEM DAS RECEITAS

RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	
(I) Receitas Correntes	248.606.000
Receitas de Contribuições	202.186.000
Receita Patrimonial	27.159.000
Receita de Serviços	6.000
Transferências Correntes	
Outras Receitas	19.255.000
Transferências de Capital	-
(II) Receitas Intra-Orçamentárias	520.834.000
Receitas de Contribuições	520.834.000
Outras Receitas	-
A - Receita Líquida Adm Ind (I) + (II) + (III)	769.440.000,00



Câmara Municipal de
Santos

Fontes de Financiamento ORIGEM DAS RECEITAS

RECEITAS TOTAL PREVISTA	
A - Receita Líquida Adm Direta	3.944.084.000,00
A - Receita Líquida Adm Ind (I) + (II) + (III)	769.440.000,00
Receita Total Geral (A) + (B)	4.713.524.000



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS



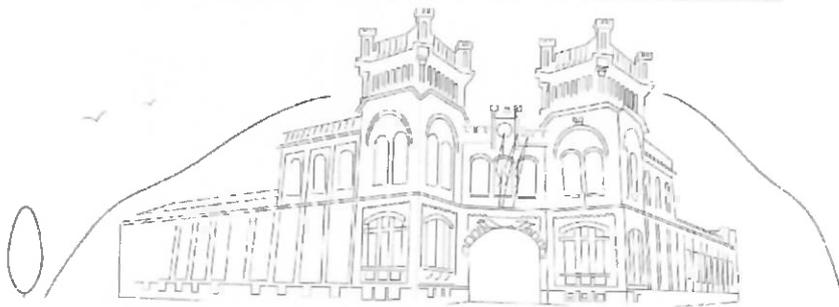
Câmara Municipal de
Santos

Fontes de Financiamento

FONTES DE RECURSOS DA ADM DIRETA		FONTES DE RECURSOS DA ADM INDIRETA	
Tesouro	3.112.658.000	FAMS	91.000
Transf Conv ESTADUAIS	414.556.000	FUPES	16.000
Recursos próprios de FUNDOS	14.843.000	FPTS	31.000
Transf Conv FEDERAIS	289.485.000	CAPEP	141.079.000
Outras fontes	3.034.000	IPREV	628.223.000
Operações de Crédito	109.508.000	TOTAL ADM INDIRETA	769.440.000
TOTAL ADM DIRETA	3.944.084.000	TOTAL GERAL	4.713.524.000

PLDO 2024

Previsão DESPESAS





CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

Despesas por Secretaria ADM DIRETA

Nº	ORGÃO	TODAS AS FONTES		
		APL. DIRETA	EGM	APL. DIR + EGM
10	GPM	5.633.000	21.273.000	26.906.000
12	SEFIN	16.873.000	451.089.000	467.962.000
14	SEDUC	856.756.000	64.942.000	921.698.000
15	SMS	876.406.000	0	876.406.000
17	SIEDI	70.600.000	38.385.000	108.985.000
18	SEECTUR	7.356.000	21.609.000	28.965.000
19	SEMES	5.303.000	37.003.000	42.306.000
20	SECULT	20.621.000	43.869.000	64.490.000
21	SEDURB	10.713.000	10.314.000	21.027.000
23	SEMAM	12.438.000	40.782.000	53.220.000

Despesas por Secretaria ADM DIRETA

Nº	ORGÃO	TODAS AS FONTES		
		APL. DIRETA	EGM	APL. DIR + EGM
24	PGM	2.524.000	19.107.000	21.631.000
27	SESEG	7.684.000	87.934.000	95.618.000
29	SESERP	536.859.000	66.067.000	602.926.000
35	SEGOV	77.583.000	29.166.000	106.749.000
37	OTC	869.000	10.382.000	11.251.000
39	SEPORTE	407.000	6.269.000	6.676.000
40	SEDS	85.946.000	0	85.946.000
43	SEMULHER	3.395.000	16.347.000	19.742.000
44	SAES	576.000	6.228.000	6.804.000
45	SEPREF	88.304.000	63.994.000	152.298.000
49	EGM	1.034.760.000	0	0
TOTAL		3.721.606.000	0	3.721.606.000



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS



Despesa órgãos da ADM INDIRETA

FAMS	3.553.000
FUPES	5.264.000
IPREV	698.223.000
CAPEP	141.079.000
FPTS	1.275.000
TOTAL	849.394.000



Despesas Total PLDO 2023

CAMARA MUNICIPAL	•R\$ 142.524.000
ADM. DIRETA	•R\$ 3.721.606.000
ADM. INDIRETA	•R\$ 849.394.000
ORÇAMENTO TOTAL	•R\$ 4.713.524.000





CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS



Câmara Municipal de
Santos

Aplicação dos Recursos

AREA SOCIAL	R\$ 1.822.503.000,00	48,93%
CUSTEIO, MANUTENÇÃO E INFRAESTRUTURA	R\$ 1.902.498.000,00	51,07%



Câmara Municipal de
Santos

Emenda Parlamentar - EP PLDO 2023

E.P TOTAL	• R\$ 38.010.000
INDIVIDUAL 21 VEREADORES	• R\$ 1.810.000

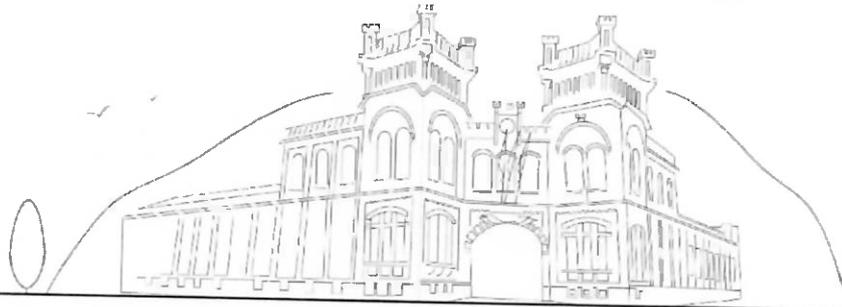




CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

PPA 2024-2025 PLDO 2024

DESTAQUES INVESTIMENTOS



Câmara Municipal de
Santos

DESTAQUES



Santos mais

Programa de Macrodrenagem, Acessibilidade,
Inovação e Sustentabilidade.

- MACRODRENAGEM,
MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE –
R\$ 80MI
- INOVAÇÃO E TECNOLOGIA –
R\$ 8,5MI





CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS



Câmara Municipal de
Santos

DESTAQUES



ORÇAMENTO PARTICIPATIVO – R\$ 3,8MI

SUBSÍDIOS PASSAGEM DE ÔNIBUS – R\$19 MI



Câmara Municipal de
Santos

DESTAQUES



• DRENAGEM MONTE SERRAT
R\$ 2 MI



• RECUPERAÇÃO ELEVADO
ARISTIDES BASTOS MACHADO
R\$ 10,1 MI





CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS



Câmara Municipal de
Santos

DESTAQUES

- PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM (SABOÓ, ESTUÁRIO E CANAL 1) – R\$30,2 MI



Câmara Municipal de
Santos

DESTAQUES



LIMPEZA PÚBLICA E PPP – R\$ 232 MI





CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS



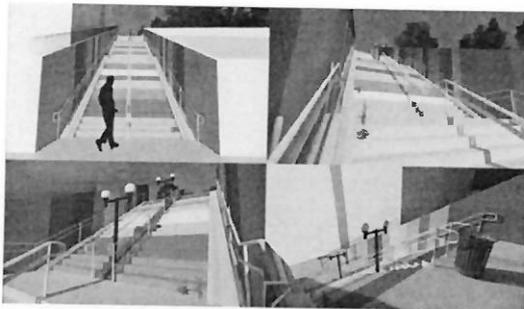
DESTAQUES



MERCADO MUNICIPAL – FASE 2 – R\$ 16,8MI



DESTAQUES



SUBPREFEITURAS – R\$ 152,3 MI





CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS



Câmara Municipal de
Santos

DESTAQUES



CENTRO HISTÓRICO E PRAÇA JOSÉ BONIFÁCIO – R\$ 4,6 MI



Câmara Municipal de
Santos

Obrigado!



SR. PLÍNIO ROLIM: E agradecendo aí a presença de todos, espero que..., esse aqui é um excesso de informação, informações muito técnicas também. Informações ali, difíceis de a gente assimilar, da gente pegar e a gente digerir ali no dia a dia.

Quando eu entrei no orçamento recebido pelo Fremar, recebido pelo Rogério, eles falaram assim: olha, tem que ter paciência. Para virar o orçamentista, demora pelo menos uns dois anos. Porque, o que acontece Vereador? Nós fazemos a LDO agora, eu só vou ver a LDO de novo, no ano que vem. Ok? Aí, terminada a LDO, eu começo a fazer a LOA, aí depois eu só ver a LOA de novo em junho de 24.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

Então, para que a gente possa entender todo esse ciclo, para que a gente possa entender todas as suas nuances, é um trabalho árduo, é um trabalho técnico, é um trabalho denso, é um trabalho pesado, mas que a gente faz com muita alegria, mas que a gente faz a satisfação. Porque no fim das contas, a gente entende que... e sem a menor pretensão, sem a menor modéstia, mas em qualquer literatura que você pegar, você vai ver que as leis orçamentárias, elas são consideradas a segunda lei mais importante no âmbito da administração pública, tirando ali a constituição, no..., quando a gente fala da questão do município, tirando a Lei Orgânica, a Lei Orçamentária, é a lei que possibilita que todas as outras políticas, elas possam ser executadas.

Então, ela antecede a tudo. E eu devo falar que assim, o DEORG, o DEORG, atualmente, ele é formado por mim, pelo Rogério e pela Vanessa. E nós temos lá ainda um Oficial de Administração, uma técnica de contabilidade e dois estagiários. Esse é o nosso time, esse é o meu time do qual eu me orgulho muito. E o Secretário Ferraz, ele sempre deu todo o suporte, ele sempre deu toda autonomia, ele sempre deu bastante confiança para que a gente possa ali, executar isso com maestria. Ok?

E o DEORG, ele só consolida as informações, o nosso trabalho é feito através ali da articulação de todas as Secretarias. Ok?

Então, me coloco aí à disposição para todos os esclarecimentos que vocês tiverem. Espero aí ter contribuído para essa noite de sexta-feira. Tá bom?

Muito obrigado.

- Palmas.

SR. PRESIDENTE FABRÍCIO CARDOSO DE OLIVEIRA:

Obrigado, Plínio.

Só para vocês entenderem a contextualização também, nesse momento a Lei de Diretrizes Orçamentárias, ela está aqui na Câmara, hoje foi a data para entrega das primeiras emendas, os Vereadores têm dois prazos para a apresentação dessas emendas, que depois vão a Plenário, passam por toda a Casa, e aí, vão ser ou não aprovadas. São emendas que acabam por vezes sendo modificativas na sua LDO.

Então, a gente acaba analisando, discutindo, emendando, eventualmente alterando e aprovando essa legislação, como o Plínio colocou aqui.

Para mim, eu vou só fazer uma observação rápida. Fiquei muito feliz de você ter trazido os alunos e de você ter feito esse tipo de apresentação.

Talvez, alguns Vereadores, algumas pessoas que não são ligadas a parte dessa questão de finanças, não tenham essa paixão, né? Eu tenho como formação, por coincidência eu estou nessa comissão, mas gestão



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

financeira e pós-graduação em gestão pública, aliás, Fábio, é um dos melhores gestores públicos que eu tive o prazer de trabalhar, de conhecer, de debater, discutir, fez um excelente trabalho.

Então, entende muito. Fico feliz de você estar aqui contribuindo com essa audiência pública, Fábio.

E, eu, como falei para vocês é uma coisa que eu gosto, né? Eu acho que a Lei de Diretrizes Orçamentárias, ela acaba sendo uma ponte entre o PPA e a LOA.

E o Plínio, conseguiu aqui, pela primeira vez... Gabi, quantas audiências a gente já teve aqui, eu estou no segundo mandato e essa aqui, eu faço questão de na próxima sessão plenária pedir para que os Vereadores assistam essa audiência pública, que por sorte, acabou sendo uma aula detalhada.

Então, eu queria te agradecer, porque de maneira muito didática, eu acho que quem acompanha de casa e que queria estar a par desses dados, acabou entendendo como funciona todo... pelo menos assim, você fez um resumo, claro que isso é muito mais complexo do que você conseguiu explanar aqui, você foi muito didático, quem quiser se aprofundar tem trabalho para caramba, fiquem à vontade, o professor vai ceder esse material para vocês, mas muito obrigado. Porque às vezes, as pessoas não entendem de fato tecnicamente como funciona e a importância de uma LDO para o nosso município.

Também aproveito para frisar, que por mais que a gente aqui... eu, enquanto Vereador, procure ser bem chatinho, de ler, alterar, discutir, enfim. É muito bacana a gente ver e todos vocês acompanharam, eu não estou falando que o Plínio é professor de vocês não, e nem para quem tá em casa acompanhando assim, mas o Rogério, Fábio a gente já sabe, já fiz os meus elogios aqui, tecnicamente eu sei o quanto você é competente, mas Rogério, Fremar, Plínio, é muito importante a gente ter pessoas extremamente qualificadas como vocês são, tecnicamente falando, que nos dão essa segurança.

Eu tenho certeza que o Rogério quando coloca nas mãos de vocês essa responsabilidade, ele só coloca..., não só porque tem vocês ali, mas porque confia, porque ele poderia buscar mais suporte, né? Porque como você falou o seu time é diminuto, mas assim, é um time extremamente qualificado.

Então, a gente vê, a gente é chatinho olha, mas cri cri, mas fala: caramba, os caras estão certos, né?

Então, a gente sabe que vocês fazem isso com muita acuidade, com muito cuidado.

Então, parabéns pelo trabalho de vocês e pela apresentação aqui, que acabou sendo de cortesia, não só para os alunos, mas vai ficar nas nossas redes sociais oficiais, acabou sendo uma aula de lei de diretrizes orçamentárias, de orçamento municipal, isso é muito importante.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

Vou passar para o Fábio aqui, se quiser fazer o Rogério também, se quiser fazer alguma complementação, fica à vontade. Viu?

- Manifestações fora dos microfones.

SR. PRESIDENTE FABRÍCIO CARDOSO DE OLIVEIRA:

Nós vamos abrir já, rapidinho.

SR. SECRETÁRIO FÁBIO FERRAZ: Não, olha, só

rapidamente aqui também.

Eu acho que ressaltar a importância de se ter um tema tão complexo, com... de forma tão didática como o Plínio já em outras oportunidades, inclusive, também já nos remeteu.

Então, eu creio que aqueles que estiveram a oportunidade de acompanhar, tiveram realmente uma noção muito clara de como se consolida essas orçamentárias tão complexas.

E eu gostaria, também já me colocando à disposição aqui para as dúvidas, esclarecimentos que se fizerem por necessárias, também só rapidamente, caso também se não seja questionado, não perder a oportunidade.

Teremos agora, em breve, o lançamento do mais um orçamento participativo já de 2024. Isso é importante em que sentido? As pessoas, como vocês sabem, terão a oportunidade de votar diretamente em projetos elencados pela Prefeitura. Como é que nós fazemos o nosso processo de orçamento participativo? São duas condições, a primeira. Projetos elaborados pelas Secretarias, pelas equipes técnicas das Secretarias, que evidentemente recebem as demandas da população.

Então, por exemplo. Uma sala de computadores numa determinada escola. Muito bem. Então, esse é um exemplo, é um projeto que pode ser executado no próximo exercício. O pacto é, projetos em até 350 mil reais, orçados em até 350 mil reais. Sobre todos os projetos, realmente a gente tem lá 40, 50, 60 projetos, as pessoas vão votar diretamente na página da Prefeitura, santos.gov.br, terá lá mais uma vez aberto o orçamento participativo e vão votar nos projetos que lhe mais agradam, que lhe são de maior interesse. Isso vincula o IP, CPF da pessoa, cada cidadão um voto. Os 10 projetos melhores destacados estarão automaticamente dispostos no próximo ao orçamento, porque nós já reservamos 3 milhões e meio de reais nessa disposição que está aqui.

Então, isso é importante.

Uma outra ação também importante, nessa mesma lógica, as sociedades de melhoramento de bairro terão condições de desenvolver projetos em até 35 mil reais, que também serão parte de votação direta por parte da população com recursos já previamente dispostos no orçamento.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

Então, isso terá ampla divulgação, como fizemos nos outros dois anos. Ano passado tivemos mais de 27 mil pessoas votando.

Então, um número muito expressivo, que nos deixa bastante felizes, porque de fato as pessoas puderam dar ali a sua observação, a sua colaboração na consolidação da peça orçamentária.

SR. PRESIDENTE FABRÍCIO CARDOSO DE OLIVEIRA:

Rogério, quer fazer alguma fala?

Eu vou abrir agora para os questionamentos, quem puder e quiser fazer o uso da palavra, peço para que se dirija ao púlpito, por gentileza.

- Manifestações fora dos microfones.

SR. PRESIDENTE FABRÍCIO CARDOSO DE OLIVEIRA:

Claro, fica à vontade verdade.

Na verdade, a Gabi também me passou aqui, que com a emenda modificativa que a gente teve que alterou a redação do art. 8º do Projeto de Lei número 84/2023. Então, isso colocou, claro que vocês fizeram uma projeção, o percentual da receita corrente líquida que o Vereador tem direito a receber ficar de 1.2, a 2%. Podemos trabalhar esse hein. Podemos melhorar.

Só para vocês entenderem. Então, os Vereadores vão receber cerca de 1.8 milhão de reais, não que eles vão receber isso, mas cada Vereador recebe esse valor, obrigatoriamente 50%, é destinado à saúde, o restante ele pode destinar a outras praças. tá? E aí, pastas... perdão. E aí, por aí... eu falei praças, porque eu destino muito na praça, né?

E aí, por exemplo eu destino para algumas praças, morros, Zona Noroeste, tal, da outra parte. Então, cada Vereador escolhe seu segmento, escolhe sua área de atuação, escolhe o bairro que é mais carente, o local que tem mais problema.

Eu, por exemplo como faço meu..., meu trabalho em todos os bairros de Santos, quando eu identifico alguma coisa, converso com os nossos Secretários. Tem como fazer, tal? Ah, esse ano não dá. Destino emenda, tento ajudar de alguma forma.

Ou seja, é um recurso que acaba nos ajudando a direcionar de maneira mais pontual esses valores, buscando trazer para a sociedade o resultado que ela espera também.

Só para vocês entenderem, então, como funciona essa questão de emendas impositivas por parte do Vereador.

Por favor, querida fique à vontade.

SRA. SANDRA: Boa noite, a minha pergunta é a seguinte:

- Você Plínio, falou que nós temos em Santos 17... aproximadamente 17 fundos. Certo? Tá. É assim, a minha dúvida está aí.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

Já no ano passado o Vereador Caca colocou... apresentou uma emenda solicitando a criação do Fundo de Mobilidade Urbana, que parece que tá previsto, inclusive em lei, para poder depois receber verba Federal. E aí, você também me fala da questão do subsídio da passagem, lá em 19 milhões.

Eu queria saber dessa... desses 17 fundos, se está previsto já a criação desse Fundo de Mobilidade Urbana? Que nós apresentamos de novo esse ano.

SR. SECRETÁRIO FÁBIO FERRAZ: A criação dos fundos, ela sempre parte através dele lei, lei específica que consolida os fundos, né? Eles podem ser por iniciativa, como se realmente são do Executivo, mas também oriundos daqui da própria Câmara Municipal. Nós temos aí... então, só para as pessoas às vezes entenderem o que são, é como se Santos, tem uma coisa material deles, né? O pessoal que já viu o carnezinho do IPTU, né? Então, a gente tem lá várias folhas antes, fundo disso, fundo daquilo, fundo de mais, são todos fundos importantíssimos. E as pessoas têm a possibilidade ali, inclusive de promover doações voluntárias para aqueles fundos, e claro, esses mesmos fundos também estão aptos para receber recursos, não só das esferas Federal, como Estadual, como também de outros organismos públicos ou organizações não governamentais.

Então, sempre uma estratégia importante. O Fundo de Mobilidade, ele, ainda não temos essa obrigatoriedade de disposição para o exercício de 24. Então, com a... digamos o encaminhamento da legislação específica, evidente, também será aberta mais uma linha para que a gente tenha mais esse fundo disponível também.

SR. PRESIDENTE FABRÍCIO CARDOSO DE OLIVEIRA:
Obrigado, Fábio.

Eu vou pedir só... fica à vontade, claro, quem chegar no púlpito, tiver alguma dúvida só fala o nome, por exemplo, a Sandra, eu esqueci de colocar, mas a Sandra e assessora do Presidente da Casa, o Secretário..., Ex-secretário de Gestão, e agora Vereador e Presidente Cacá Teixeira.

Obrigado Sandra.

Fica à vontade, só peço para que você fale seu nome, se pertencer a alguma entidade, algum... fica à vontade. Tá?

SR. CARLOS PASSOS: Muito boa noite a todos presentes, à Mesa, a todos na Casa e em casa.

Meu nome é Carlos Passos, sou coordenador municipal do Movimento Brasil Livre em Santos. E como o assunto do orçamento, eu acho que é algo bem caro para os brasileiros e demanda... é muito legal a gente vê a Casa cheia, porque demanda a participação popular.

Quería agradecer ao professor, porque a gente de quebra chegou e ganhou uma aula também.

Então, acho que não tive outro momento didático como esse para tratar de orçamento.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

Enquanto cidadão, normalmente a gente tem pouquíssimo contato com a estrutura que forma o orçamento. A gente ouve na TV ou outros veículos de mídia falar de LOA, falar da Lei Orgânica do Município, enfim, de como rege isso.

O sentimento na ponta, na prática, é de que... é de que esses números, eles nos deixam por um lado felizes... tá tudo bem?

Uma vez que a gente tem uma Prefeitura com conta superavitária, isso é muito importante, isso mostra que a Prefeitura tem uma arrecadação consistente. Isso mostra que o pessoal técnico está fazendo o seu trabalho. E eu não teria envergadura técnica para contrapor qualquer coisa nesse sentido, mas a impressão, o sentimento de munícipe, é um pouco diferente.

A gente tem aqui na Câmara de Santos, de 644 Câmaras no Estado de São Paulo, quinto lugar, quinto maior custo por Vereador. A gente trouxe os dados de março para falar das verbas que estão destinadas para cada Vereador fazer a sua destinação, mas corre, e é legal que tem a gente que não tem o hábito de estar aqui, corre na Casa durante essa semana um projeto de lei que visa aumentar de 1% para 1,2, o que num número da cabeça da gente pode parecer pequenininho, mas a gente está falando de passar de 1 milhão e 800, por ano, para cada um dos Vereadores, para mais de 2 milhões de 200. Isso, logo após essa Casa Legislativa de uma semana para outra, aprovar a correção em uma única legislatura, do salário dos nossos Vereadores.

E eu confirmo, cabia correção, são 10 anos que ficaram sem correção. Entretanto, para quem ainda usa o transporte público, que se comparado a grandes capitais, o de Santos é muito ok, mas se a gente for pegar por exemplo uma conta de custo por quilômetros, o nosso distância.

Enquanto, o munícipe se eu posso dizer, de quebrada, a gente sente a falta do Poder Público no período que não é pré-eleitoral. Se você andar aqui do Canal 1, do começo ao final, você pega 8 a 11 praças em reforma e não que Santos não mereça a reforma nas praças, mas existem demandas populares que são mais prementes, mas não encham os olhos em período eleitoral.

O que eu queria colocar que é o seguinte. Nós temos o maior... o quinto maior custo por Vereador de 644 municípios do Estado de São Paulo. Ainda com a lição de casa feia... feita, ainda que com as contas superavitárias, não vejo sentido em a gente transformar numa despesa corrente. Você não pega o seu estoque e faz dele um aumento ad eternum. Transformar em despesa corrente, é trazer um custo maior para toda a população, todo o contribuinte de Santos, quando falta essa sensibilidade.

Eu acho que, por exemplo, dentro do orçamento estão as despesas com pessoal. Por que numa terça-feira anunciaram a possibilidade do aumento do salário dos Vereadores, e eu repito em 109.9%, passando de 9.900 reais, para 20.300.

Eu não consigo, enquanto cidadão, achar que a Câmara legislativa, ou que o Poder Executivo mesmo, porque a gente entende que essa

INFINIT PRODUÇÕES.

contato@infinitproducoes.com.br



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

sinergia que faz de Santos um lugar tão buscado, tão procurado, uma cidade tão acolhedora, com infraestrutura de capital, nós temos isso e eu reconheço, mas ainda tem muita coisa para melhorar antes da gente ter, eu acho que a falta de tato ou de sensibilidade de aumentar em 109.9% o salário de pessoas que já compunham os 4% mais ricos do país, para passar a ser... maiores rendas, não mais ricos, desculpe, para passar para o 1%. Não tem conexão com a realidade de quem está na outra ponta, de quem está, em parte, bancando essa conta. Porque, se a gente trabalha aqui, se a gente gera riqueza aqui, 50% da arrecadação da cidade é ISS, gente.

Aí, nós conseguimos colocar as cidades superavitária, nós temos saúde financeira e dividimos isso dentro dessa Casa, de uma maneira perene, sem pensar que ali na frente pode ter um outro período de crise ou qualquer outra coisa que vai demandar isso na UPA, no combate às enchentes, em melhores condições de segurança.

A gente teve uma Prefeitura que fez publicidade colocando viaturas da Guarda Municipal nas escolas e eu rodei essa semana, nem todas continuam com viatura em tempo integral.

Então, a gente tem que, enquanto população, eu queria deixar esse recado final, parar de medir a competência dos órgãos públicos pelo insumo. O insumo, um investimento de muitos milhões, não necessariamente é o resultado que a população espera.

Então, que a gente passe a olhar sim os insumos, acho que esse trabalho é extremamente técnico da montagem do orçamento, da parte estratégica, mas a gente tem que começar a fazer a medição de quem a gente vai pôr fé ou dar voto por resultado, porque por insumos a gente já viu Governos passados aumentarem, por exemplo, o investimento em educação em quatro vezes e as nossas notas no Ranking Pisa caírem.

Então, o insumo não é uma boa medida para a gente poder colocar a nossa, a nossa fé e o nosso voto.

Então, participem, busquem saber como votam e como gastam os seus... os seus Vereadores, porque eu queria deixar aqui, lembrando que Santos ainda tem o quinto maior custo por Vereador da 644 Câmaras do Estado de São Paulo.

Não dá para a gente chegar aqui e só comemorar ou achar que está bom.

Muito obrigado, boa noite.

SR. PRESIDENTE FABRÍCIO CARDOSO DE OLIVEIRA:

Imagina.

Bom, o Carlos, ele representa o MBL...

- Palmas.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

SR. PRESIDENTE FABRÍCIO CARDOSO DE OLIVEIRA: ...

o Movimento Brasil Livre, e claro, que por mais que a gente tenha aqui uma rotina de deixar quem vai ao púlpito utilizar cerca de 3 minutos para fazer o uso da palavra...

- Manifestações fora dos microfones.

SR. PRESIDENTE FABRÍCIO CARDOSO DE OLIVEIRA:

Imagina.

Eu fiz questão de que o Carlos pudesse... até porque um, acaba sendo uma movimentação política, expor o ponto de vista dele, falar tranquilamente sobre essas questões. Aliás, são questões que eu muito tranquilamente também gostaria de dar a minha parte, fazer o uso da palavra agora para poder contextualizar.

Eu acho que até por ter essa formação de gestão financeira, isso me dá uma certa tranquilidade de alguns aspectos.

A Câmara tem um orçamento próprio, ela não tem orçamento que é ligado à Prefeitura, ela recebe o percentual constitucional da receita corrente líquida e ano a ano a gente acaba devolvendo dinheiro ao final do ano, aos cofres públicos, para que a Prefeitura, os utilize, utilize esse recurso, como bem entender.

E com relação a essa questão de ser a quinta Câmara mais cara do Estado de São Paulo. Isso realmente é. Se a gente fizer uma conta de padaria, como a gente tem aqui pessoas que estão fazendo administração, é muito interessante a gente fazer a análise desses dados, por que o que entra nessa conta? Você pega toda a estrutura da Casa, você pega o gasto de luz, você pega o gasto de funcionários públicos, temos a Gabi ali, temos a Procuradoria da Casa, temos vários servidores públicos dessa Casa, e todo esse custeio. Aí, como é que eles fazem a conta? Dividem pelo número de Vereadores. Essa Casa... o número de Vereadores também, ele é proporcional ao tamanho da cidade.

Essa Casa poderia ter ampliado, por exemplo, até 24 Vereadores, agora, nós somos em 21. Estamos em 24... perdão, estamos em 21. Se aumentasse para 24, é só fazer uma conta de padaria, lógico que esse número cairia também.

Então, assim, não é uma verdade a gente falar em números que parece que cada Vereador tem esse valor, como por exemplo, agora as Emendas que a gente falou agora. Essas Emendas não entram para o Vereador. Entram para a administração de cada Vereador.

Então o Vereador, ele constitucionalmente recebe agora esse percentual de 1.2% a 2% do que a Prefeitura arrecada e ele destina como ele quiser.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

Então 50%, obrigatoriamente para a saúde. 50% para mim eu brinco que poderia ser até mais. Por quê? Porque, como eu fiscalizo vários equipamentos públicos e acabo identificando a melhor maneira de empregar esse dinheiro, posso falar por mim, não posso falar pelos outros, para mim eu acabo sendo bem assertivo. E a maioria dos meus recursos, aliás, nunca tive um problema de Emenda parlamentar ter sido devolvida, todas foram 100% utilizadas.

Com relação ao reajuste dos Vereadores, isso é muito importante também falar, o Carlos pontuou ali. Os Vereadores recebem brutos 9.998 reais. Eu recebo líquido cerca de 7.520 reais. Dentro desses 7.520 reais, já estão incluídas a alimentação, transporte, gasto com redes sociais e todos os outros detalhes. Sobra cerca de 4 mil reais líquidos ao final do mês. Não existe verba de gabinete no Município de Santos, não existe carro particular, não existe motorista, não existe nada. A gente só tem realmente esse valor .

E o que o Carlos falou, também é verdade. É um valor que está sem reajuste desde 2012. Aí a Mesa Diretora fez uma, apresentou um Projeto de Resolução para poder adequar conforme a Legislação Federal e colocar o salário do Vereador, equivalente a 60% do que ganha um Deputado Estadual. E o que acontece? Como o salário tá congelado, estava congelado desde 2012, quando você aplicou esse valor junto, com base no valor dos Deputados, o que ganha os Deputados Federais, ele estoura. Qualquer um que tem a menor noção de Finanças com custo de juros, a taxa inflacionária do Brasil, se pegar mil reais a 10 anos. Hoje é 2 mil reais. Pode fazer a conta que vai dar mais ou menos isso.

Então foi o que ele falou. Passou de... Na verdade tem alguns gatilhos, Carlos. Ele passou de 9.998 mil, ele vai para 18, aí vai para 19, vai para 20... Não, em 2025 ele tá, salvo engano, em 20.800 que é o teto. Aí depois não pode reajustar mais, por lei. Porque o Vereador só pode, aliás o Vereador não pode reajustar o seu salário, ele reajusta o salário para a próxima legislatura, ou seja, os próximos Vereadores poderão reajustar para outra legislatura.

E aí o que eu falei que eu acho que é interessante também, sobre a minha ótica. Eu estou Vereador, eu não sou Vereador. Eu estou Vereador. Eu sou empresário tenho minhas coisas e tal, mas me dedico muito para isso. Gosto muito do que faço. Eu acho que, o Carlos, por exemplo, é com certeza ligado a várias pessoas que são políticas. Eu acho que se tem uma das maneiras... Tem gente que fala assim: "Acho que o Vereador tem que ser sem salário." Não sei eu estou, eu saí de casa hoje 7:40 da manhã, estou aqui numa audiência pública e eu faço isso todos os dias, inclusive final de semana.

Eu Fabrício penso diferente. Eu acho que a gente tem que colocar pessoas extremamente comprometidas e qualificadas.

Então, por exemplo, numa próxima eleição no ano que vem, muito provavelmente, Carlos, a quantidade de concorrentes que vai ter o legislativo vai ser gigantesca, porque os valores agora são melhores. Líquido deve dar em torno de 13.500 mil reais inicialmente. Para mim, enquanto munícipe, nascido e criado no mesmo bairro, Aparecida, estou aqui até hoje,

INFINIT PRODUÇÕES.

contato@infinitproducoes.com.br



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

estou lá até hoje. Eu vou ficar bem satisfeito se dentro dessa grande concorrência a gente puder pinçar pessoas extremamente qualificadas da sociedade. Gestores, às vezes a pessoa se aposentou, mas é um quadro altamente qualificado e ele se coloca ali à disposição e acaba sendo eleito. Cara, a cidade só tem a ganhar.

Aliás, eu sou aquela pessoa que não acredita em quem fala assim, por exemplo, vai, "ah, o Governador ganhar 28 mil reais." Cara, tu acha que o Governador do Estado, claro que é muito diferente do que ganha qualquer, a grande parte da sociedade, que você falou. É quase 1% da população tem condições de chegar no salário desse. Mas estou falando com relação a responsabilidade dessa pessoa. O Prefeito de Santos ganha quanto? Por favor, Fábio, cerca de 20 e?

SR. SECRETÁRIO FÁBIO FERRAZ: 24.500 mil reais, um pouquinho mais.

SR. PRESIDENTE FABRÍCIO CARDOSO DE OLIVEIRA: Para responder por todo por todo o Município, e inclusive civil e criminalmente, com patrimônio, com tudo.

Então assim o que eu acho melhor, por mais que a gente esteja falando de dados aqui. O que é o mais importante, já que a gente está falando com vários jovens aqui olhando, aproveitando, é que a gente tem a consciência na verdade de escolher as pessoas certas.

Isso faz toda a diferença. Essas pessoas sim, vão fazer a gestão do Município, no caso, do Prefeito. Ou vão fazer o papel de Vereador, com essa interlocução entre a população e o Poder Executivo.

Então, assim, só voltando, porque como foi falado essa questão que é verdade, do reajuste dos Vereadores, o meu vai continuar a mesma coisa até 31 de dezembro de 2024. Mas, aliás, nem sei se vou continuar Vereador, se vou sair para alguma outra coisa, receber algum convite. Vamos ver o que vai ser. Mas falo por mim. Então não posso falar pelos outros, Fábio, mas eu espero de fato que cada vez mais a nossa cidade se qualifique e que possa buscar aí quadros melhores para ficarem à frente da população, perdão, à frente da Câmara representando melhor população.

Queria abrir, se quiser fazer, falar alguma fala Fábio, com relação ao orçamento, o Carlos também falou de várias obras, de algumas questões. Não sei se você quiser fazer algum apontamento.

SR. SECRETÁRIO FÁBIO FERRAZ: Então, só uma, duas ponderações bem rápidas ainda nesse tema de divisão de recursos.

Nós temos a deliberação que é a seguinte: em cima da RCL - Receita Líquida Corrente, nós temos um dispositivo que obrigam um limite máximo de envio de recursos anualmente para as Câmaras Municipais, no caso 5%. Então o que que é importante?



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

Evidente que sendo nosso orçamento destacável em relação as demais cidades, por uma questão óbvia, o percentual vai ser alto.

Então a lógica é, orçamento alto, disponibilidade de recursos para a Câmaras Municipais alta. É uma lógica. Essa é a lógica do Brasil. E o que é importante ressaltar?

Todo ano a Câmara Municipal, ela sim, ela não executa o total dos recursos que foram disponibilizados. Ela devolve para a municipalidade um percentual expressivo desses recursos. Então veja, quando a gente faz essa análise a de se considerar essa realidade concreta no orçamento alto, como de fato nós temos, em relação a outra cidade. E a devolução dos recursos que é feita normalmente para a Câmara Municipal. E olha que aqui eu estou falando, representando evidentemente o Poder Executivo.

Então não é nenhuma responsabilidade nossa, digamos assim, defender as ações do Poder Legislativo. E o Presidente nessa sessão, Fabrício, o faz com muita propriedade, mas é importante que a gente tenha essa leitura.

E ainda, eu não posso deixar de mencionar creio, eu gosto muito aí das posturas MBL em especial as políticas liberais que são protagonizadas pelo movimento, mas é importante a gente entender que calendários políticos, eles fazem uma relação natural com calendários administrativos.

Então cada mandato de um Prefeito, de um Governador, de um Presidente no nosso país é de quatro anos. Isso é uma realidade, gostem, não gostem, cada um tem uma interpretação sobre isso. E também temos, é claro, instituto da reeleição que também cada um tem uma interpretação sobre isso. Mas na prática como é que se dá a situação?

Primeiro ano, é o ano de estruturação da casa e de prover recursos. Lembra que eu falei no começo da nossa conversa hoje? E em 2022 teve muita busca por recurso. Então conseguimos buscar recursos. 23, no caso do segundo ano a gente começa a execução das ações. Então, primeiro e segundo ano a gente tá estruturando a Casa. Terceiro e quarto ano são os anos de execução. Então veja, eu entendo que as pessoas às vezes fazem; “puxa vida, as obras acontecem no período da eleição.” Não é essa a realidade. As obras acontecem pela consequência da execução que foi iniciada no primeiro ano do Governo.

Então no terceiro e no quarto ano é onde nós temos um maior volume de execução daquilo que foi planejado a ser executado nos dois primeiros anos. Isso não é uma realidade de Santos. Isso é uma realidade de qualquer localidade em que você tem um calendário quadrienal.

Então esse é um ponto importante que é sempre fundamental a gente destacar para a população. E eu não posso aqui também deixar de destacar, né. Então a nossa cidade ela tem uma particularidade bem interessante né? Talvez o principal indicador que os entes públicos terão é o



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

IDH. Então o nosso IDH, é um IDH altíssimos 0.886. É um IDH Portugal. Essa é a realidade de Santos. Muito bem. Se a gente faz um recorte na região da orla, a gente vai para o IDH ainda mais alto 0.992, Noruega. Ok. Só que nós temos, infelizmente, ainda, em regiões especiais na Zona Noroeste, aqui na região central, em que a gente faz recortes de 0.6, 0.7.

Então o que que nós temos? Ainda somos uma cidade desigual. Isso é uma verdade. Então quando a gente ouve: "Puxa vida, temos um volume maior é de intervenções na região da orla." Não é uma verdade. A gente tem um volume de intervenções maiores, isso estou aberto aqui a fazer uma discussão profunda, nas regiões da Zona Noroeste, nas regiões do morro, na região dos morros, na região central, na região da área continental. Isso é um fato. Posso aqui, como disse, me alongar e estender essa discussão. E na próxima execução orçamentária, da mesma forma, teremos maior nível de investimento nessas regiões. E o que a gente tem percebido ano a ano em decorrência desses investimentos que tem sido realizado nas regiões, digamos, mais periféricas? Se é que a gente pode usar esse termo da nossa cidade. A diminuição. O achatamento dessa desigualdade. E o sonho, o sonho de todos nós possivelmente que estão nessa sala é que a gente tenha uma cidade completamente igualitária, em que todos os santistas tenham realmente acesso a todas as condições, não só de oferta de serviços públicos, mas sobretudo de qualidade de vida, que é o maior propósito da administração municipal.

SR. PRESIDENTE FABRÍCIO CARDOSO DE OLIVEIRA:

Obrigado, Fábio. Mais algum questionamento?

Valendo meio ponto. Fica à vontade. Se prepara, hein, professor.

Olá fique à vontade, fala por favor teu nome.

SR. THOMAS WALLACY: Boa noite. Meu nome é Thomas Wallacy...

SR. PRESIDENTE FABRÍCIO CARDOSO DE OLIVEIRA: o munícipe é o mais importante. Então apenas munícipe não, pelo amor de Deus.

SR. THOMAS WALLACY: Eu estou aqui mais para demonstrar a indignação contra o aumento de salário e privilégios. Porque por mais que eu entenda que o volume de dinheiro, orçamento na Prefeitura ela vai impactar nos gastos final. Fazendo assim um gasto grande. Tem cidades do Estado com investimento menor, alcançando estimativas de sensação de segurança e infraestrutura com alternativas inteligentes. Espelho internacional e também eu coloco uma observação, segundo Tribunal de Contas tem gastos que poderiam ser substituídos apenas por software gerenciamento e aumento em investimento na tecnologia.

Eu queria saber só uma dúvida. Se tem um planejamento na Câmara Municipal por vocês, da possibilidade de substituir mão de obras, secretarias, encargos de salário apenas com situações de tecnologia e implementação de sistemas nesse sentido. Obrigado.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

SR. PRESIDENTE FABRÍCIO CARDOSO DE OLIVEIRA:

Obrigado. Então eu precisaria conversar, mas fica uma sugestão aqui. Aliás, tudo que é falado aqui, por que que a gente pede para falar o nome? Além de estar sendo transmitido pela televisão, pelas redes sociais isso fica tudo documentado.

Então essa tua informação é importante. A gente pode levar, fazer esse questionamento junto ao Presidente da Casa, que é o Presidente Cacá Teixeira, mas só para eu entender. Por exemplo, vai, a gente tem hoje a estrutura da Câmara Municipal. Você fala de em alguns pontos, em alguns aspectos substituir isso por tecnologia. É algo a se pensar né. De repente trocar algum...

Oi? Ah, sim. Pensei que você estava falando da Câmara, da estrutura da Câmara. Estava pensando aqui... Eu já estava pensando até em trocar a Gabi pelo chat GPT, estava fazendo conta aqui para ver se daria, eu ia economizar uma grana, mas não Gabi, prefiro você.

Então, isso que você falou é verdade. A gente até... A Prefeitura, uma vez eu conversando com o Prefeito Rogério, e até se antecipou, falei: "pô, tu comeu minha... Um Projeto." Houve uma situação, onde a gente permitiu, por decreto até. O Prefeito fez um decreto onde qualquer advogado pode, né – Fábio? –, assinar, sem precisar ter... Como é que se fala tecnicamente? Você que é um operador do direito? Me ajuda aí. Como exemplo...

SR. SECRETÁRIO FÁBIO FERRAZ: A utilização dos insumos de tecnologia tem que ser uma agenda prioritária dos Governos.

Então além dessa necessidade, por exemplo, da OAB, que a gente tinha lá um requisito maior para empréstimo de processos, então pros advogados poderem retirar processos, para fazer em fotocópias, enfim, isso foi diminuído, mas intervenções (ininteligível), como processo digitais. Hoje 70% dos processos da Prefeitura já tramitam de formas digitais.

Então aqueles monstrões que as pessoas estavam acostumadas a ver, processos, sumiram. Do ponto de vista de equacionamento de recursos, isso é muito claro. Então cada processo, é só fazer a conta rapidamente aqui, cada processo tem cerca de 200 páginas e nós temos lá, eu não lembro agora exatamente, o Carlos, a gente fez essa conta outro dia. São mais ou menos 70 mil processos que tramitam na Prefeitura anualmente. Faz a conta. Quanto a gente economiza só de papel com a utilização de tecnologia? Para a gente estruturar esses serviços, serviços digitais, foi feito um investimento de pouco mais de 5 milhões de reais com empréstimo do BNDS. Então só com a economia a gente já paga empréstimo em 5 anos e sobra recurso.

Então esse é um exemplo Thomas de ações que você tem razão, que a Câmara Municipal, que a Prefeitura, que o poder público de forma geral deve utilizar. A utilização de tecnologias da informação para que a gente possa otimizar recursos e claro melhorar o serviço pros cidadãos.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

SR. PRESIDENTE FABRÍCIO CARDOSO DE OLIVEIRA: Até com relação à Câmara. Eu acho que sempre vai caber... É Thomas ou é Thomás? Perdão. Thomas. Eu acho que sempre vai caber, sempre vai ter espaço para tecnologia no sentido até de sustentabilidade, no sentido de evitar mais é papel e recurso mesmo, né? Acho que você economizar tempo, economiza dinheiro, economiza tudo.

A Câmara, por exemplo, vem no processo de digitalização gigantesco. Eu no primeiro mandato, início de 2017, quando a gente faz, cada Vereador faz, a cada sessão, aliás, Câmara de Santos é a única que tem duas sessões plenárias por semana. A gente faz 10 indicações, vários requerimentos, Projeto de lei. Isso gerava um volume gigantesco de processo, mas assim, enorme. A gente mudou, passou a digitalizar. Então a economia que trouxe de toner, de papel de processo foi gigantesca. Dá para avançar? Dá e muito, a meu ver.

Aliás, aproveitando a tua, a tua deixa. Qualquer cidadão que tiver sugestão, que queira mandar pra Câmara com relação a Projetos, com relação a melhorias que se fazem necessárias, que possam ser implementadas, isso é sempre muito bem-vindo. Porque, como, o Fábio, falou, por exemplo, são situações que até dentro da Casa a gente consegue alterar e se sobrar mais dinheiro no final sabe o que vai acontecer? É tudo bem regrado. Todo o orçamento ele já ele tem total transparência no Portal. O que sobrar acontece o quê? No final do ano devolve-se mais para a Prefeitura, que vai utilizar esse recurso conforme ela determina, porque não cabe ao Poder Legislativo dizer como é que o Executivo vai executar exatamente o seu dinheiro.

A gente não pode nem abrir mão de receita, nem criar despesa. Mas, assim, dá para fazer vários Projetos que com certeza podem desburocratizar, que é o... Aliás, um dos meus Projetos de desburocratização por algumas questões foi vetado. Vou apresentar de novo. Mas acho que esse é o caminho, desburocratizar sempre é o caminho, porque traz, não só mais facilidade para a população, mas economicidade. Que é o que a gente preza.

Quem mais gostaria de fazer uso da palavra? Por gentileza? Você. Fica à vontade. Qual o teu nome? Perdão. Micaela, fica à vontade, tá?

SRA. MICAELA: Boa noite, tudo bem? Eu Sou aluna da ETEC Escolástica Rosa, meu nome é Micaela Nunes.

E eu só queria fazer uma pergunta, que não ficou muito claro.

O senhor falou que existe uma outra parte que não vem diretamente da Prefeitura, do salário dos Vereadores. Não ficou muito claro para mim, desculpa, não entendi. Mas, enfim, a pergunta em si que eu gostaria de saber é: qual critério que é usado na hora do reajuste do salário do servidor público? Minha mãe é funcionária pública e eu não sei exatamente a informação, porque eu tenho apenas 24 anos, então, era muito nova quando teve o último reajuste e teve um esse ano de 11% se eu não me engano. Eu queria saber qual que é o critério de porcentagem, etc. Como é que a gente, o munícipe fica sabendo desse reajuste? Porque como ele disse, não sei se a informação dele



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

é verídica. Não pesquisei sobre o assunto, mas eu gostaria de saber como que isso acontece. Qual que é o critério usado até para a gente ter um pouquinho de informação.

SR. PRESIDENTE FABRÍCIO CARDOSO DE OLIVEIRA:

Perfeito. Excelente. Aqui a gente começa a debater e deixar isso claro para todos.

Fábio, só para eu fazer um aparte, eu vou te passar.

Mas com relação à vereança, independente do que tenha sido feito, não sei se ficou claro. Mas, por exemplo, os Vereadores constitucionalmente falando, eles podem e devem fazer, promover essa alteração para a próxima legislatura dentro desse mandato, antes do período eleitoral.

Então, por exemplo, "Ah, e esse valor Fabrício, ele precisa ser 60% Deputado? E se coloca a lei Federal?" Mas de fato não. Tem Câmara que põe mais, tem Câmara que põe um pouco menos. Isso aí acaba sendo votado entre os Vereadores, e como eles aprovam por maioria, isso vai ser um Projeto de resolução. Após essa aprovação a próxima legislatura começa a receber essa situação. No caso dos servidores públicos municipais, quem vai falar qual que é o reajuste. Quem vai dizer qual que é o reajuste, e que isso também passa por essa Casa de Leis, é o Poder Executivo, então o Fábio vai falar com um pouquinho mais de propriedade.

Mas, por exemplo, eles podem pegar o IPCA do ano anterior que é o índice de preço ao consumidor amplo, que é mais utilizado para a gente ter como balizador da inflação e falar assim: "a gente vai dar simplesmente a reposição inflacionária." Então vamos supor no ano que foi 10.06. Eles vão dar 10.06. E aí não teve, o servidor não teve um ganho real, na verdade ele teve uma reposição inflacionária. O que ele comprava antes, ele compra agora ou de repente se for um ano onde o Fábio, onde o Prefeito Rogério Santos, o melhor dizendo, estou falando porque ele tá aqui representando o Prefeito. Ele entende que a receita do Município ele vai ter mais folga, foi um valor, uma arrecadação melhor, eles conseguiram ali com as suas contas, receitas, despesas ter uma condição de ofertar um ganho real. Aí ele pode falar: "ao invés de dar os 10.06 eu vou dar 13 06, ou seja, estou dando reposição inflacionária mais 3% de ganho real. Aí o Executivo manda para a Casa. Aí a Casa vai ter um tempo para poder colocar em votação e aprovar. Nesse momento a gente aguarda o que?"

Os sindicatos conversarem com a Prefeitura, conversar com os Vereadores. É satisfatório, não é satisfatório. Acaba tendo essa questão política e a Casa acaba aprovando ou não esse reajuste. A gente fez até um comparativo, mas se você pegar, por coincidência, todo reajuste que foi dado aos servidores públicos ao longo dos últimos 10 anos, vai dar muito próximo do que foi colocado com relação ao reajuste dos Vereadores para a próxima legislatura, foi até uma base de cálculo do Vereador Cacá Teixeira para poder balizar se era condizente ou não aquele reajuste. Como eu falei, ele impacta como o Carlos falou, é o valor exato. E como para os Servidores Municipais. Na verdade é o que o Carlos falou, se a gente pegar o valor que recebe a grande

INFINIT PRODUÇÕES.

contato@infinitproducoes.com.br



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

maioria da sociedade, acaba sendo um valor bem acima. E se você pegar, como falei para vocês, um salário de alguém que ganhava 4 mil reais e ficou 10 anos sem reajuste e aplicar o que foi dado para os servidores públicos em vários anos, pelo menos o Governo Paulo Alexandre foi a reposição inflacionária e em alguns ganho real, né Fábio? Então quando você coloca tudo isso você vai dobrar esse salário ao longo de 10 anos. Vou deixar o Fábio só complementar, porque o Fábio fez parte e faz parte do Poder Executivo atual, fez parte da Prefeitura enquanto Prefeito Paulo Alexandre e agora do Prefeito Rogério Santos. Você dá uma palavrinha, Fábio, só para complementar?

Ah, também sou filho de servidora, por isso que eu me importo muito com isso também.

SR. SECRETÁRIO FÁBIO FERRAZ: Na verdade, o Vereador Fabrício, já foi muito feliz.

Então em resumo, bem apertadinho. Para essa previsão do orçamento de 24, a gente já tá colocando nesse orçamento aquilo que a gente imagina, segundo previsão Fox o que será o IPCA, que é o índice mais razoável para fevereiro do ano que vem. Então tá 5.96 agora, que a projeção fevereiro/fevereiro. Fevereiro 23, fevereiro 24. Aí o que que vai acontecer na prática?

Na prática em fevereiro do ano que vem a gente vai ver quanto que foi o real.

Então vamos imaginar que o real foi 6%. Ok 6%. E aí a gente vê o comportamento da receita, se nós conseguimos avançar um pouco mais do que aquilo que seria digamos o mínimo absolutamente necessário. Reposição salarial e inflacionário tem que ter todo ano. Isso é uma questão objetiva, por isso que inclusive a gente coloca no orçamento. Diga-se de passagem, alguns anos atrás não era colocado. Então agora a gente coloca no orçamento até para ter essa tranquilidade um pouco maior. E o que vem a mais é ganho real. Desde 2013 todos os anos, todos os anos desde o ano de 2013, servidores públicos do Município de Santos tiveram reajuste salarial, com exceção do ano de 2021, foi o ano da pandemia.

Então foi o único ano que nós não concedemos reajuste aos servidores. Com exceção desse ano, todos os anos mínimo reajuste, reposição inflacionária e boa parte dos anos a gente teve ali um compute bem expressivo, acima da inflação, como ocorreu, diga-se de passagem, nesse ano.

Evidente que anos de 2015 e 2016 forma os anos mais difíceis que nós tivemos recentemente, crise econômica nacional enorme, Brasil fechou o PIB menos 3, menos 3 e meio. Acho que as pessoas lembram disso. Prefeitura tinha um maior nível de dificuldades naquele período. Tivemos o mínimo possível, que foi a correção inflacionária. Condições mais positivas, valorização do servidor com valores acima da inflação. E não posso deixar de mencionar, bem rapidamente, nós temos em funcionamento em Santos pessoal da MBL é um programa de meritocracia completo, que é o PDR – Participação Direta nos Resultados. Isso quer dizer o quê? Todos, e não tem nenhum, até onde eu saiba, a gente estuda bastante isso, nenhuma localidade pública no Brasil, Estado,



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

Município que tenha 100% dos seus servidores contratualizados, metas e resultados. Então quando os servidores batem as metas eles ganham uma bonificação, a bonificação é 50% do valor do vencimento do cargo. Então essas bonificações de quem bate as metas pactuadas a cada exercício correspondem, como disse a 50% de vencimento do cargo, e são pagas no mês de fevereiro todos os anos que batem as metas.

Então a lógica do PDR, a lógica do PDR é a seguinte: Gente, bem objetivo, todos os servidores têm metas a serem perseguidas, o Município de Santos hoje conta com 876 metas. Então nós temos 876 metas divididas entre todas as secretarias e autarquias, muito bem. Aqueles contingentes de servidores que fazem a nota final 0 a 7, não ganham bonificação, nota final 7 a 9, 50% do prêmio, nota final 9 a 10, que foi o da Secretaria de Planejamento, da Secretaria de Governo, ano passado, ainda bem, nosso pessoal tá de parabéns, aliás a Secretaria de Finanças também teve uma nota positiva, 100% do prêmio. Então não são todos os servidores que vão ganhar, mas todos aqueles que baterem a meta, que alcançar e o resultado é pactuado vão receber a premiação.

SR. PRESIDENTE FABRÍCIO CARDOSO DE OLIVEIRA:

Aliás, Micaela, obrigado pela pergunta. Minha mãe tá assistindo, eu quero aproveitar até para pedir para que o senhor mande um recado para o nosso Prefeito, que ano que vem seria muito bom um ganho real, já fica o registro também para o nosso Secretário de Finanças, por gentileza, muito bom para a produtividade dos nossos servidores públicos. Obrigado Micaela.

Mais... Você gostaria de fazer essa palavra? Fica à vontade, fala só o seu nome, por gentileza.

SRA. JAVISA: Olá. Boa noite a todos, me chamo Javisa faz parte do segundo módulo de administração da escola.

E eu me interessei sobre o planejamento da reforma do mercado municipal, por conta do uso, que eu estudo, eu estudei boa parte do meu do meu fundamental aqui nas escolas de Santos, que minha mãe é funcionária pública daqui da cidade e a preocupação é se vocês fizeram um planejamento, lógico aqui no curso a gente tem que aprender a planejar não só a receita e aquilo que a gente vai gastar, mas se preocupar com todo um social que tem em volta e se existe a preocupação, se já foi estudado ou se tem metas de estudos para a parte social que envolve o mercado municipal, porque é um valor considerável para reforma e a gente se preocupa com quanto tempo vai durar aquilo, porque tem uma demanda muito grande de pessoas que passam por situações bem complicadas, bem precária e que acabam levando a depreciação do próprio local com que a gente se preocupa porque o morador não se sente seguro de tá utilizando as dependências, tanto o mercado municipal quanto da travessia, que eu faço utilização porque eu moro em Vicente de Carvalho, porém o meu núcleo estudantil e de vida é aqui em Santos, é o meu apego. E essa é a minha preocupação, se vocês têm esse planejamento com a parte social porque não é só falar de valores e sim se preocupar com as pessoas também, e aí é só essa a minha questão mesmo. Obrigada.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

SR. PRESIDENTE FABRÍCIO CARDOSO DE OLIVEIRA:

Obrigado, querida.

SR. SECRETÁRIO FÁBIO FERRAZ: Não, maravilha, excelente colocação.

Então uma das ações mais estratégicas previstas para o próximo ano é justamente o que se diz a revitalização do entorno do Mercado Municipal. O mercado em si teremos aí uma intervenção de pouco menos de 17 milhões de reais, então a gente vai reestruturar, isso já está acontecendo, a obra está acontecendo, não é que vai começar, já está acontecendo a obra e a gente vai estruturar o mercado. Então do lado do mercado nós temos uma escola, atravessando a rua do mercado nós temos uma policlínica e nós temos que o que? Reestruturar toda a bacia para que a gente possa qualificar justamente a vida das pessoas que lá habitam. E temos um indutor, que eu acho que vai ser a virada de chave, que é o VLT, o VLT, literalmente pessoal, vai passar na porta do mercado municipal, literalmente na porta do mercado municipal. Então quando a gente tiver o VLT de fato funcionando a expectativa real é que a gente consiga fazer uma rede de serviços que seja produzida dentro do mercado e que digamos faça que o entorno do mercado também consiga ter uma modificação bastante expressiva porque o acesso ao mercado vai ser muito fácil.

Então já tem lá funcionando dentro uma cervejaria artesanal, a ideia é que essa cervejaria ela vire as portas para cá, para que a gente possa ter principalmente o público jovem frequentando assiduamente o mercado e isso faz com que a gente faça uma economia em ebulição que mude todo entorno. Essa é a grande expectativa do Rogério Santos, do nosso Prefeito, e realmente a gente acredita que isso vai você consolidado.

E não posso deixar de mencionar também, porque muito próximo ao mercado uma outra área que também carece de uma revitalização importante, aqui já na região mais do Centro Histórico, nós teremos... Acho que foi de grande... Enfim, expectativa e um anúncio bastante expressivo, o Porto Valongo, então o que que é isso? Ali na região do Valongo, quem conhece, é pertinho do museu Pelé, da própria estação de trem, que hoje é a nossa Secretaria de Turismo, nós temos o armazém 1 ao 7 que estão deteriorados, então ali tá muito feio, essa é a grande verdade. Nós tivemos a entrega, nunca foi, essa área nunca foi do Município, isso é sempre importante a gente mencionar e nunca foi possível o Município fazer uma intervenção de lá porque era uma área do Governo Federal.

Nós tivemos agora recentemente, pelas mãos aí do nosso Ministro Márcio França, a participação importante é do Deputado Federal Paulo Alexandre Barbosa, a cessão do espaço, em especial 4 ao 7, desses armazéns para o Município e nós já começamos as intervenções, calculadas em cerca de 30 milhões de reais para transformar todos aqueles armazéns, em especial do 4 ao 7, no espaço de acesso público.

Então na prática Mercado Municipal revitalizado, Valongo revitalizado com acesso ao público e tá reservadinho o 1 ao 3, isso ainda não tá certo, mas todos nós acompanhamos isso com bastante expectativa, que a gente

INFINIT PRODUÇÕES.

contato@infiniteproducoes.com.br



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

promova a mudança do terminal de passageiros, de navios, todo mundo conhece, que hoje está numa região no meio do porto para essa região do 1 ao 3. Então imagine o Centro como vai ficar legal se isso tudo virar.

A única coisa que não tá certa ainda, só pode deixar claro é o terminal de passageiros, mas a expectativa é muito grande que se consolide, terminar de passageiros, Porto Valongo, Mercado Municipal revitalizado, a gente tem outro Centro, outra perspectiva real para a cidade. Obrigado.

SR. PRESIDENTE FABRÍCIO CARDOSO DE OLIVEIRA:

Mais alguém gostaria de fazer uso da palavra?

Ninguém?

Bom, se faltar nota só a Javisa e a Micaela vão ter meio ponto, vocês vão ter que trabalhar e estudar para isso.

Bom, não havendo mais questionamentos ou dúvidas.

Na verdade, caso essas dúvidas venham a surgir posteriormente, Carlos, todos vocês que... Micaela, todos que questionaram aqui, caso surjam dúvidas posteriormente fiquem à vontade para encaminhar ou trazer direto aqui para Casa, podem mandar pelo site da Câmara Municipal de Santos, podem encaminhar lá... Você tem o contato? Lá nos... Entrando no portal da Câmara, portal oficial da Câmara vocês vão encontrar lá todos os Vereadores, é só clicar em cada um deles e pegar... Mandar por e-mail, tem o e-mail oficial, tem outros dados, tem telefone, tem redes sociais "pô, me surgiu uma dúvida aqui com relação a esse processo, que eu gostaria de tirar", vai ser bem tranquilo ou então tem uma sugestão para fazer – né, Fábio? –, é bem tranquilo ou Professor o Plínio tá à disposição também para poder sanar boa parte dessas dúvidas. Contribuições sempre serão muito bem-vindas, a gente tá falando agora, falando sério, com relação a essa Lei de Diretrizes Orçamentárias isso é muito importante.

Então o Fábio falou da Participação Popular, que é fundamental pelo site da Prefeitura, a Câmara também tem essas condições, como falei para vocês, de proporcionar Emendas que visem olhar, digamos assim, para setores que precisam constar na diretriz que são ter essa diretriz, para depois quem sabe existir um orçamento.

Então, por exemplo, só para entender, uma das Emendas que podem ser colocadas como diretriz, sei lá a gente tem pessoas que tem algum tipo de deficiência, Fábio, que vão ficando mais velhas e a gente não sabe como cuidar dessas pessoas, as pessoas... Imagina, se a pessoa tem síndrome de Down ou um grau Severo de autismo, quando ela estiver mais velha, ou seus pais estiverem mais velhinhos ou seus pais faltarem, essas pessoas não têm um espaço para ir hoje, não tem. Então de repente eu encontro o Vereador, posso colocar uma diretriz para que o Município possa vir a contemplar situações como essa e aí na LUA a gente é mais pontual, conversa com o Prefeito ali e busca destinar parte do orçamento para esse fim, só um exemplo tá.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

Então se alguém tiver sugestões para melhorias das nossas diretrizes, para que futuramente o Governo possa investir melhor o dinheiro arrecadado isso sempre vai ser muito bem-vindo, tá bom?

Nada mais havendo, agradeço a participação de cada um de vocês, tanto aqui presencialmente quanto pelas redes sociais. Agradeço a nossa equipe técnica que ficou até o momento transmitindo e acompanhando e fazendo com que tudo isso funcionasse. Gabi, obrigado pelo suporte, a Gabi trabalha para caramba aqui na Câmara, principalmente no setor Legislativo, ela sabe tudo e mais um pouco, aliás a Gabi já esqueceu o que eu estou aprendendo, tão novinha sabe para caramba. Agradecer, Professor Plínio, obrigado por tudo. Fremar, obrigado pela presença. Fábio, nosso Secretário, agradeço aí a participação. Rogério, obrigado aí por ajudar na composição da Mesa e também, principalmente, na execução desse dessa peça tão fundamental para o nosso Município.

Nada mais havendo, declaro encerrada presente audiência pública.

- Encerra-se a Sessão às 21 horas e 01 minutos.


VEREADOR FABRÍCIO CARDOSO DE OLIVEIRA